

Quem disse ?

«Não, o PS não virou à esquerda, o PS é de esquerda, embora haja dentro dele quem se arrepie com esta palavra»

Manuel Alegre
Expresso, 15 de Julho

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1073 • 20 JULHO 2000 • SEMANAL • 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



NAS BANCAS

Rede Natura 2000

Bruxelas assume erro contra Portugal

A Comissão Europeia cometeu um erro na divulgação da decisão de avançar com o processo de infracção contra Portugal por causa da alegada insuficiência da contribuição de Lisboa para a rede Natura 2000. «Houve um erro infeliz no timing da divulgação da decisão da Comissão. Não posso dizer que houve um erro de decisão mas sim quanto à sua divulgação», precisou à Imprensa, no dia 14, Pia Ahrenkilde, porta-voz da comissária europeia para o Ambiente, Margot Wallstrom. Três dias antes de José Sócrates se deslocar a Bruxelas para informar Margot Wallstrom da segunda lista dos sítios portugueses para o Natura 2000, o Executivo comunitário anunciou o envio de um parecer fundamentado (segunda fase de um processo de infracção) a Portugal acusando Lisboa de não ter proposto um número suficiente de sítios para integrar a rede de habitats naturais que Bruxelas pretende proteger através da criação da Natura 2000.

O ministério tutelado por José Sócrates reagiu de imediato considerando as declarações públicas da Comissão Europeia como «estranhas», sobretudo tendo em conta que, Bruxelas tinha conhecimento oficial de que o ministro português estaria na capital belga para informar Margot Wallstrom sobre a segunda fase do Natura 2000. O Ministério do Ambiente afirmou compreender os «desfasamentos» dos serviços comunitários e afirmou esperar que o processo actualmente em curso seja arquivado «brevemente». Em causa estão os atrasos no fornecimento, pelos Estados-membros, da lista de sítios que deverão integrar a futura rede Natura 2000, um processo que, segundo a directiva «Habitats», deveria estar totalmente concluído em 1998.

António Guterres fez balanço na Assembleia da República

Presidência portuguesa travou directório dos grandes na Europa



António Guterres não tem dúvidas: ao longo dos últimos seis meses de presidência portuguesa da União Europeia, a corrente que entende que a Europa pode ser governada por um directório de grandes potências saiu enfraquecida. Portugal provou que os países de média dimensão podem dirigir com sucesso os destinos da União Europeia, já que, nestes últimos seis meses, todos os objectivos foram concretizados. O primeiro-ministro lamentou, contudo, que, em toda a Europa, designadamente no Parlamento Europeu, o PSD tenha sido a única formação política crítica da presidência portuguesa. A encerrar o debate, o ministro dos Negócios Estrangeiros considerou «anacrónicas» as posições assumidas por Durão Barroso ao longo da discussão.

Governo

Conselho Ministros extraordinário Reunião para reflectir



O primeiro-ministro, António Guterres, recusou-se a criar qualquer «facto político» quando, no passado dia 13, em Queluz, Sintra, desmentiu a hipótese de remodelação do Executivo fruto da reunião de reflexão do Conselho de Ministros para a qual se dirigia. Interrogado sobre se iria aproveitar para remodelar o Governo, Guterres respondeu categórico: «Não é isso que nos interessa, o que está em causa é pensar, reflectir e trabalhar melhor.»

Parlamento

Propostas vingar em Parlamento inédito Governo desempata



Num Parlamento cuja composição é inédita (o PS e os partidos da oposição possuem o mesmo número de mandatos), o Governo foi o «campeão» da produção legislativa. Cerca de 75 por cento das propostas de lei apresentadas pelo Governo na Assembleia da República (AR), nos primeiros oito meses de mandato, já mereceram aprovação parlamentar.



Um ano de muito e difícil trabalho

Chegou ao fim a primeira sessão da VII Legislatura e com ele, podemos dizer, concluiu-se o primeiro ciclo de actividade do Governo de António Guterres.

Foi, indiscutivelmente, um ano de muito e difícil trabalho. Um ano marcado pela presidência portuguesa da União Europeia e por um vasto trabalho que mobilizou toda a equipa governativa e parlamentar.

A presidência portuguesa saldou-se por um sucesso reconhecido por todos, permitindo demonstrar que os países de média dimensão conseguem dirigir de forma positiva e marcante os destinos da União Europeia. Aliás, esta, não voltará a ser a mesma depois da cimeira Extraordinária de Lisboa.

Com efeito, a cimeira de Lisboa representou um momento de viragem da União Europeia em todas as matérias de natureza económica e social, ao ser aprovado um conjunto de princípios que irão permitir um crescimento sustentado e um aumento substancial da taxa de emprego. Mas o balanço positivo da presidência portuguesa não se reduz à cimeira de Lisboa, ele é muito mais vasto. «Esta presidência deixa uma marca clara no funcionamento da União Europeia em aspectos relevantes que têm a ver com o emprego, a educação, a ciência e o combate à pobreza, mas também a marca da nossa forma de estar no mundo, bastante mais actuante e credível», salientou António Guterres durante o balanço que fez da presidência portuguesa na Assembleia da República.

Também na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar deu o seu contributo fundamental para o sucesso deste ano de trabalho. Cerca de setenta e cinco por cento das propostas de lei apresentadas pelo Governo mereceram a aprovação parlamentar.

Saliente-se que entre as muitas propostas apresentadas e aprovadas se encontram a nova Lei de Bases do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social, a organização e ordenamento do Ensino Superior, a organização da investigação criminal, a lei que habilita os emigrantes a votarem na eleição do Presidente da República, a revisão do modelo de financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais e a alteração do regime jurídico do referendo local.

A par deste excelente trabalho, saliente-se ainda a participação do Governo Socialista na actividade parlamentar. A Assembleia da República registou mais de uma centena de presenças de membros do Governo que participaram em debates, apresentações de propostas ou para responderem a perguntas formuladas pelos deputados ao executivo socialista.

Também no Parlamento Europeu os eurodeputados deram o seu precioso contributo ao acompanharem de uma forma muito participada a presidência portuguesa.

De facto, Portugal ocupou o centro das atenções e do debate político no PE, nos últimos seis meses, o que permitiu aos eurodeputados uma maior intervenção e um acrescido protagonismo para o nosso país.



DESNACIONALIZAÇÕES AFECTARIAM DEMOCRACIA

Uma reacção da UGT às afirmações do então líder do CDS e vice-primeiro-ministro do Governo da AD, Freitas do Amaral, era uma das notícias em destaque na edição de 22 de Julho de 1982 do órgão oficial do PS.

«Desnacionalizações afectariam a democracia» era o título da notícia da página 7. No «lead» podia ler-se: «A UGT "repudiou veementemente" e numa "análise imediata" as afirmações proferidas pelo vice-primeiro-ministro, Freitas do Amaral, segundo as quais o Governo da AD vai encerrar as empresas nacionalizadas que estejam a dar prejuízo, quando estiver consumado o processo de revisão constitucional em curso.»

A UGT prometia lutar, com todos os meios ao seu alcance, «para que a democracia não sofra tão rude golpe, para que o regime saído do 25 de Abril não seja atraído, para que os trabalhadores não vejam tão gravemente adulterado o seu já de si tão fraco poder de compra».

J. C. CASTELO BRANCO

22 de Julho

Quem disse?

«A diferença entre o partido único e o pluripartidarismo é patente também no monolitismo ou na liberdade de imprensa»

Raul Rego



Diplomacia Indonésia/Portugal Ana Gomes apresenta credenciais a Wahid

A diplomata portuguesa Ana Gomes apresentou no dia 18 de Julho, em Jacarta, as credenciais ao Presidente da Indonésia, Abdurrahman Wahid, tornando-se a partir de agora embaixadora de Portugal naquele país.

O pedido de acreditação de Ana Gomes foi apresentado em 29 de Dezembro do ano passado, um dia depois do restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, suspensas em 1975 por Portugal devido à invasão de Timor-Leste pela Indonésia.

O Parlamento indonésio deu o seu parecer favorável à acreditação de Ana Gomes, no passado mês de Maio, tendo a diplomata apresentado as credenciais ao Presidente indonésio, tornando-se a embaixadora de Portugal no país.

Ana Gomes foi chefe da secção de interesses de Portugal na Indonésia e foi considerada peça-chave na pressão diplomática exercida por Portugal junto do ex-presidente Habibie, que conduziu ao



referendo interno em Timor-Leste, realizado a 30 de Agosto de 1999.

Em 27 de Novembro de 1998, Portugal e a Indonésia assinaram um acordo para a abertura de secções de interesses nas respectivas capitais, tendo os diplomatas Ana Gomes e Afonso Malheiro chegado a Jacarta em finais de Janeiro de 1999.

«Geração Futura, Geração Segura» Campanha de prevenção rodoviária nas praias

Alertar e sensibilizar jovens e adultos para a prevenção e segurança rodoviária é o principal objectivo da campanha «Geração Futura, Geração Segura» que arrancou na semana passada na praia do Tamariz, no Estoril.

Integrada no âmbito da campanha «2000 Ano da Educação Rodoviária», «Geração Futura, Geração Segura» é uma iniciativa da Secretaria de Estado da Juventude e da Direcção-Geral de Viação e Prevenção Rodoviária.

A campanha vai ser realizada em 72 praias de norte a sul de Portugal e prolonga-se até dia 10 de Setembro.

Em cada praia será instalada uma área reservada à campanha, onde se encontrarão monitores e animadores que pretendem apelar à participação das pessoas.

Aos participantes serão entregues dois questionários, um destinado a quem conduz e outro para aqueles que ainda não têm carta de condução.



Os questionários constam de dez perguntas relativas aos problemas da segurança rodoviária e à legislação em vigor, não pretendendo servir para a recolha de dados, mas sim para que os inquiridos façam uma auto-avaliação dos seus conhecimentos no que diz respeito a questões rodoviárias.

Segurança Falsas bombas na mira

O primeiro-ministro, António Guterres, assegurou na passada sexta-feira, dia 14, que os falsos alarmes de bombas têm estado a ser investigados e que, tratando-se de crimes, os que forem descobertos serão presentes aos tribunais para serem julgados. Interrogado sobre o assunto em Torres Novas, no final das cerimónias de incorporação dos novos agentes da PSP,

Guterres não excluiu poder tratar-se de «brincadeiras de mau gosto», ou de actos com o objectivo de criar um «Temos agido em relação a esta situação com cautela e sentido de responsabilidade», disse ainda o chefe do Executivo socialista, ao mesmo tempo que manifestava a esperança de que a ocorrência destes actos acabe rapidamente.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA **António Guterres fez balanço**

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA TRAVOU DIRECTÓRIO DOS GRANDES NA EUROPA

António Guterres não tem dúvidas: ao longo dos últimos seis meses de presidência portuguesa da União Europeia, a corrente que entende que a Europa pode ser governada por um directório de grandes potências saiu enfraquecida. Portugal provou que os países de média dimensão podem dirigir com sucesso os destinos da União Europeia, já que, nestes últimos seis meses, todos os objectivos foram concretizados. O primeiro-ministro lamentou, contudo, que, em toda a Europa, designadamente no Parlamento Europeu, o PSD tenha sido a única formação política crítica da presidência portuguesa. A encerrar o debate, o ministro dos Negócios Estrangeiros considerou «anacrónicas» as posições assumidas por Durão Barroso ao longo da discussão.

O primeiro-ministro, António Guterres, afirmou na Assembleia da República que a presidência portuguesa da União Europeia foi a melhor vacina contra a tentativa daqueles que pensam que «poderá ser governada por um directório de grandes países». Ainda segundo o chefe do Governo, os meses entre Janeiro e Junho deste ano, constituíram a melhor demonstração de que «um país médio pode exercer, não só de forma positiva, mas marcante, a presidência da União Europeia». Estas declarações de António Guterres foram proferidas na abertura do debate parlamentar destinado a fazer um balanço político dos seis meses da presidência portuguesa. Como sublinhou o primeiro-ministro, no plano da política externa da União Europeia, a presidência portuguesa teve duas novidades «absolutas»: as primeiras cimeiras com África e com a Índia. Sobre a cimeira entre a União Europeia com a África, António Guterres lembrou que, apesar dos obstáculos que a presidência portuguesa se defrontou, ela acabou por se realizar. E acabou por se realizar «unicamente porque Portugal nunca desistiu». Por outro lado, lembrou o chefe do Governo, a continuidade das cimeiras euro-africanas está prevista para Lisboa, quando a Grécia assumir a presidência da União Europeia. Depois de agradecer expressamente a diplomatas e técnicos, partidos políticos e outros órgãos de soberania sobre os respectivos contributos para o sucesso da presidência portuguesa, António Guterres salientou que a cimeira extraordinária de Lisboa representou «um momento de viragem da União Europeia em todas as matérias de natureza



económica e social». De acordo com a sua opinião, foi nesta cimeira de foi aprovada uma estratégia para Europa e que irá permitir aos actuais Quinze um crescimento sustentado, pelo menos três pontos percentuais ao ano na próxima década», enquanto a taxa de emprego deverá subir dez pontos percentuais. O primeiro-ministro salientou ainda a institucionalização dos conselhos da Primavera, acentuando ser «a primeira vez que a Europa aceita coordenar as suas políticas, em articulação com os parceiros sociais». Após ter recordado o vasto número de decisões tomadas ao longo da cimeira extraordinária de Lisboa, António Guterres lembrou que já se encontra em execução o Plano de Acção para a Sociedade de Informação. Esse plano tem 64 medidas concretas e o Banco Europeu de Investimentos já concretizou operações da sua iniciativa no âmbito do programa «Inovação 2000».

Sucesso no pacote fiscal

Ainda no que respeita aos resultados obtidos na primeira cimeira sob presidência portuguesa, o primeiro-ministro fez ainda alusões à aprovação da Carta das Pequenas Empresas, bem como à apresentação de um Plano Plurianual de Política Empresarial para a União Europeia. Este último semestre, como salientou o chefe do Governo, registou também a entrada da Grécia no euro e o fim de 12

anos de desacordos em torno do pacote fiscal – um dos compromissos mais importantes e que foi alcançado na cimeira do Conselho Europeu de Santa Maria da Feira. Perante os deputados, António Guterres falou igualmente dos desenvolvimentos registados nos últimos seis meses em matéria de Política Comum de Segurança e Defesa, estando em curso o planeamento militar para a realização em Outubro da Conferência de Geração de Forças da União Europeia. Ainda ao longo da presidência portuguesa, foi criado o Comité Civil de Gestão de Crises e elaborado um relatório detalhado sobre todas as questões, desde a composição da comissão, até à questão da maioria qualificada – isto, no que respeita à reforma das instituições. Ou seja, Portugal deu o seu contributo para que este «dossier» possa ser concluído no final da presidência francesa, em Dezembro deste ano. «Neste quadro», frisou António Guterres, «foi também introduzido na agenda o debate sobre as cooperações reforçadas» para «garantir maior interacção numa Europa menos homogénea porque mais alargada». O primeiro-ministro referiu ainda que Portugal defende uma estratégia comum para a droga na Europa, até 2004, e que o fenómeno da imigração deve ser também objecto de uma actuação comum ao nível da União Europeia.

PSD Os únicos críticos

Já em resposta a críticas feitas por Durão Barroso, o primeiro-ministro fez o contraste com a actuação que o PS teve em 1992, quando o PSD estava no Governo e exerceu a presidência da União Europeia. «Quando o PSD exerceu a presidência da União Europeia e o PS era o principal partido da oposição teve muito menor cooperação» de Cavaco Silva do que aquela que o Governo agora ofereceu. «Tive há três dias o desgosto de, em pleno Parlamento Europeu, verificar que a intervenção mais negativa e mais crítica com a presidência portuguesa foi feita precisamente por um deputado português e por um deputado do seu partido», disse ainda António Guterres, dirigindo-se a Durão Barroso e numa referência indirecta ao eurodeputado Pacheco Pereira.

António Guterres afirmou ainda que não existe consenso na União Europeia para rever os estatutos do Banco Central Europeu e considerou que as cooperações reforçadas são para Portugal «um instrumento muito importante de afirmação no quadro de uma Europa alargada». Por outro lado, referiu que o Governo defende a perspectiva de Portugal «estar em todas as cooperações reforçadas que se fizerem na União Europeia», como no caso do euro, de Schengen e da política social europeia. Já a encerrar o debate na Assembleia da República, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, classificou a presidência portuguesa da União Europeia como eminentemente política, discreta mas eficaz. Jaime Gama usou também a ironia para caracterizar a conduta da oposição, em especial o PSD, perante o Governo. «Se nos tivessem dado tréguas, poderiam agora capitalizar a presidência portuguesa. Como não nos deram tréguas um minuto, o mérito vai todo para a presidência portuguesa». Afastando qualquer ideia de autoglorificação sobre os resultados da presidência portuguesa, o ministro dos Negócios Estrangeiros, porém, frisou que o Governo «também não se reconhece nas tonalidades negras com que alguns leram os nossos seis meses de presidência». Sobre as posições assumidas por Durão Barroso ao longo do debate, designadamente sobre a Áustria e a cimeira euro-africana, Jaime Gama classificou-as como «anacrónicas».



BREVE BALANÇO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA

A sessão legislativa que agora termina caracterizou-se por uma presença invulgar de Portugal no centro do debate político. A candidatura de Mário Soares à presidência do Parlamento Europeu, a situação em Timor-Leste e o exercício da presidência portuguesa do Conselho de Ministros da UE proporcionaram ao nosso país uma visibilidade excepcional. Este facto originou um protagonismo acrescido por parte da globalidade dos eurodeputados portugueses e traduziu-se num ganho político para Portugal. Daí que, se não existissem outras, estas são razões suficientes para que os eurodeputados socialistas portugueses façam um balanço positivo deste primeiro ano de mandato, quer do ponto de vista da actividade individual quer na óptica do trabalho desenvolvido pela Delegação. De entre esse trabalho destacamos: *Timor* foi um ponto de encontro entre os eurodeputados portugueses. Nesta questão, desde sempre objectivo de consenso nacional, empenhámo-nos em contribuir para uma estratégia que

privilegiasse a união entre todos os eurodeputados portugueses, impedindo assim que a problemática de Timor servisse para satisfação de quaisquer vaidades ou protagonismos pessoais. Salientamos, a título de exemplo, o empenho de todos os eurodeputados portugueses na atribuição do prémio Sakharov a Xanana Gusmão, a aprovação de resolução em plenário e a inscrição no Orçamento comunitário de uma verba destinada a Timor. Apenas a segunda visita do PE a Timor desteu esta estratégia.

A actuação dos deputados socialistas no Parlamento europeu pautou-se pelo apoio activo e defesa da *presidência portuguesa da União Europeia*, na perspectiva de que quanto melhor fosse o desempenho do Governo português mais prestigiado sairia o nosso país nos diversos palcos da UE e aos olhos dos cidadãos europeus.

Nessa medida, os eurodeputados socialistas sempre se recusaram a aceitar que o PE fosse uma segunda voz, ou uma mera câmara de eco da política nacional. A este respeito, tudo fizemos no sentido de procurar uma grande articulação de

esforços com a Presidência com o objectivo de fazer passar no PE as suas principais prioridades em matéria legislativa, como sejam a Lei-Quadro sobre a Água ou a directiva sobre o tabaco. Por todas estas razões e outras que não vêm agora ao acaso, sentimos um compreensível orgulho pelos elogios finais endereçados à presidência portuguesa.

No âmbito da *Conferência Intergovernamental* destacamos o empenho dos socialistas portugueses para que o PE pudesse atempadamente emitir o seu parecer favorável à convocação da CIG quando tudo parecia indicar que não o iria fazer. Posteriormente, vimo-nos obrigados a votar contra o relatório do PE contendo as propostas para a CIG porque, no nosso entender, o mesmo apresentava soluções que contrariavam os equilíbrios entre grandes e pequenos países da União, isto ao arripio do têm sido os princípios em que assenta a construção do projecto europeu. No entanto, não confundimos esta nossa posição com a daqueles que, como nós, votaram contra, mas, neste caso, apenas por razões circunstanciais

e porque têm uma visão conservadora da realidade europeia, e preferem que Portugal continue a desempenhar um papel periférico na Europa. Por isso afirmamos aqui, uma vez mais, o nosso apego a uma maior integração política da UE e à presença de Portugal no centro dessa construção.

Para além das questões enunciadas, os *socialistas portugueses acompanharam em Comissão as diferentes áreas de actividade do PE* e foram activos em todos os fóruns de debate, em particular nas sessões plenárias.

A aposta na informação aos portugueses acerca das questões europeias, da actividade do PE, e do trabalho desenvolvido pelos eurodeputados socialistas foi uma realidade verdadeira nos nossos meios de informação: página na Internet, boletins informativos semanais e mensais (Infoeuropa e Europarlamento, respectivamente), e iniciativas destinadas a promover o debate sobre as questões europeias e a ouvir os portugueses (Clube PS/Europa, audições públicas e semanários).



UMA EUROPA DE TODOS OS QUE NELA VIVEM

Nos últimos meses, a presidência portuguesa da União Europeia teve como consequência participarmos de forma mais informada e activa num conjunto de dinâmicas em curso a nível da União Europeia.

Referimo-nos concretamente à luta contra o racismo e a discriminação com base na «raça», ou na origem étnica a nível europeu, bem como à necessidade de estar atento ao processo de adesão de novos países à União Europeia, no que se refere ao estatuto dos imigrantes e das minorias étnicas ou nacionais.

Sempre pensamos que seria mais fácil avançar em matéria de combate ao racismo e à discriminação, do que em matéria de aproximação de políticas de imigração e estes meses confirmaram-no claramente. (Vid. Imigração, racismo e discriminação, «Portugal Socialista», nº 219, Fevereiro de 1999). A construção de uma política comum de imigração reveste-se de grande complexidade, dada a diversidade de realidades, tradições e sensibilidades existentes. A esperança de uma evolução positiva tem muito a ver com lucidez e o bom senso do comissário António Vitorino.

No que se refere ao combate ao racismo e à discriminação, as iniciativas que promovemos no plano nacional estiveram estritamente ligadas às dinâmicas em curso a nível europeu.

Referimo-nos, nomeadamente, à audição das ONG's sobre temas da Conferência Europeia sobre o Racismo e a Intolerância, bem como às mesas-redondas de consulta no quadro do Observatório Europeu Contra o Racismo, que tiveram lugar em Lisboa.

A nível da União Europeia, na Conferência «Luta Contra o Racismo a Nível Europeu» realizada em Bruxelas, que se realizou a 24 e 25 de Fevereiro de 2000, sublinhámos que a inclusão do novo artº 13º (anti-discriminação) no Tratado que instituiu a Comunidade Europeia pelo Tratado de Amsterdão, foi uma manifestação clara dos valores fundadores da União Europeia.

Tivemos também oportunidade de sublinhar a importância que atribuímos à aprovação das directivas contra a discriminação no trabalho e no emprego, à directiva contra a discriminação com base na «raça» e origem étnica e ao respectivo plano de acção, que visa criar condições para a sua concretização. A directiva contra a discriminação com base na raça e origem étnica, cuja génese acompanhámos de forma activa veio, aliás, a ficar concluída durante a presidência portuguesa da União Europeia.

É um facto que se reveste de grande significado tendo em conta a clareza da posição assumida pela presidência portuguesa, em 31 de Janeiro de 2000, sobre os acontecimentos na Áustria.

Como tivemos oportunidade de sublinhar na

Conferência de Bruxelas, em representação da presidência portuguesa, citando Jacques Santer no encerramento do Ano Europeu Contra o Racismo (1997): «O racismo é mais do que uma negação da diferença, é a negação do "outro", através da sua diferença... Lutar contra o racismo é de alguma forma construir a Europa... Porque o racismo é o oposto de tudo o que a Europa representa em termos de democracia, de tolerância, de respeito da dignidade humana».

E acrescentei que se o racismo é sempre uma ofensa a qualquer um de nós, na medida em que as suas vítimas partilham connosco a condição de «seres humanos», é óbvio que «só haverá futuro para a União Europeia se esta for uma sociedade não-racista, que promova a cooperação e a solidariedade entre todos os residentes, independentemente da cor da pele, da «raça», da origem étnica ou da nacionalidade».

Tivemos também oportunidade de participar em reuniões de trabalho na Eslovénia, Eslováquia e Hungria, países candidatos à adesão à União Europeia, em que as questões relativas à imigração e minorias étnicas e ou nacionais, foram objecto de análise, de um outro ângulo.

Se é inquestionável que se trata de países cuja identidade europeia, seja como for que a definamos, é inquestionável, não é menos verdade que a forma como estas questões

são analisadas e geridas nestes países está profundamente marcada por histórias sociais, culturais e políticas muito diferentes de das que se verificam na Europa do Sul.

Há que procurar perceber que há modelos diversos do ponto de vista institucional de viver e gerir a diferença.

Num encontro com o ministro do Interior francês, Jean Pierre-Chevenement, quando eu sublinhava o contributo da Revolução Francesa para o conceito português de cidadão, ele respondeu-me, com lucidez: «o que nos une não é a Revolução Francesa é Caracala.» Caracala teve, com efeito, uma intuição estratégica ao atribuir a cidadania romana a cidadãos de amplas áreas do Império Romano.

Significativamente Umberto Eco na sua reflexão sobre as novas migrações no seu livro, *Cinq Questions de Morale*, Ed. Grasset 2000 pp. 151-157, coloca a sua esperança no alargamento da cidadania, como acon-teceu com Caracala e numa mestiçagem incontrolável, provocada pela imigração. Cidadania e mestiçagem biológica e cultural são sem dúvida, dois tópicos fundamentais para pensar o futuro da Europa.

São um contributo da Europa do Sul para construir uma Europa mais inclusiva, uma Europa que seja de todos os que nela vivem e não apenas dos naturais dos seus Estados-membros.

REUNIÃO PARA REFLECTIR E TRABALHAR MELHOR

O primeiro-ministro, António Guterres, recusou-se a criar qualquer «facto político» quando, no passado dia 13, em Queluz, Sintra, desmentiu a hipótese de remodelação do Executivo fruto da reunião de reflexão do Conselho de Ministros para a qual se dirigia. Interrogado sobre se iria aproveitar para remodelar o Governo, Guterres respondeu categoricamente: «Não é isso que nos interessa, o que está em causa é pensar, reflectir e trabalhar melhor.»

«O objectivo da reunião não é fazer qualquer anúncio mediático, não é criar qualquer facto político, é de facto um esforço de reflexão, de debate sereno, tranquilo, para melhorar os métodos de trabalho», acrescentou.

Para António Guterres, quando se trabalha a um ritmo extremamente intenso como o Executivo socialista tem trabalhado, sobretudo nos últimos seis meses com a Presidência Portuguesa, «é necessário fazer um momento de paragem para ver o que estamos a fazer bem e devemos continuar, e para ver o que estamos a fazer menos bem e devemos corrigir».

Segundo Guterres, quem governa deve ter a capacidade de «parar, de reflectir, de considerar as críticas que lhe são feitas e procurar corrigir o que está mal e melhorar o que está bem».

«Com o volume de trabalho absolutamente gigantesco e a quantidade de solicitações que tivemos foi impossível dar uma resposta adequada a todos os problemas que tivemos de enfrentar», observou, acrescentando: «Agora a situação mudou. Temos de saber aproveitar essa mudança para poder trabalhar cada vez melhor. É isso que nos interessa».

O secretário de Estado da Presidência, Vitalino Canas, o ministro da Defesa, Castro Caldas, e o novo ministro da Cultura, José Sasportes, foram os primeiros a chegar ao Palácio de Queluz para esta reunião do Conselho de Ministros.

A reunião decorreu na Sala dos Azulejos da Residência do Palácio – onde são alojados os chefes de Estado estrangeiros que visitam oficialmente Portugal.

Sentados em volta de uma grande mesa, respeitando a ordem hierárquica do Governo, via-se no topo António Guterres, tendo à sua direita o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, e à sua esquerda o ministro da Presidência e do Equipamento Social, Jorge Coelho. O ministro da Cultura, que participava no seu primeiro Conselho de Ministros, estava sentado entre o ministro da Reforma do Estado, Alberto Martins, e a ministra da Saúde, Manuela Arcanjo.

A reunião, iniciada com uma intervenção do primeiro-ministro, prosseguiu durante o almoço, que se realizou na Cozinha Velha,



e durante a tarde. No jantar que encerrou a reunião do Executivo participaram também todos os secretários de Estado.

A meio da tarde houve um *briefing* com a Imprensa, na Sala dos Embaixadores, que foi feito pelo ministro porta-voz do Governo, Jorge Coelho.

Em defesa da estabilidade

Após a reunião de Conselho de Ministros da passada quinta-feira, o primeiro-ministro disse, respondendo às críticas do líder laranja Durão Barroso, que «uma maneira de se fazer política é trabalhar, propondo coisas positivas para procurar resolver os problemas das pessoas, outra é dizendo mal».

«Eu podia responder dizendo mal, mas não é do meu feitio», explicou Guterres em declarações à RTP quando se preparava para, terminado o encontro governativo para reflexão, jantar com todos os membros do Executivo.

«Acho que o que me compete é trabalhar, com empenhamento e determinação e com vontade, procurando minorar os problemas, angústias e preocupações de muitas pessoas que lutam com dificuldades», sublinhou.

Exemplificando, referiu que recentemente se tinha reunido com todos os ministros, designadamente para analisar «todo o controlo da execução do Orçamento de Estado deste ano e todas as medidas indispensáveis para o novo relançamento da actividade do Governo depois dos seis meses da presidência portuguesa da UE». Isso permitiu seleccionar cerca de 50 medidas que neste Conselho de Ministros foi decidido que vão avançar nos próximos meses, uma das quais tem a ver com uma terceira travessia do Tejo em Lisboa.

e para que seja possível responder a algumas das dificuldades económicas que surgiram com os aumentos do petróleo e das taxas de juro».

Tudo isto, e «sobretudo preparar o País para competir melhor e ser mais justo», exige estabilidade. O nosso país «não pode viver com governos que caem todos os seis meses, como infelizmente já aconteceu em Portugal e noutros países».

Interrogado sobre se estas afirmações eram um aviso à oposição relativamente ao próximo Orçamento do Estado, Guterres explicou que «é um apelo ao bom senso, para um diálogo».

«Este Orçamento, salientou, tem uma reforma importante, a do IRS, que se vai traduzir no combate à fraude e à evasão, e ao mesmo tempo um desagravamento fiscal generalizado para as famílias que pagam em termos de escalões e de taxas».

«Por isso mesmo, pensamos que essa reforma, pela sua importância (para além de tudo o resto que o Orçamento contempla), vai seguramente justificar um diálogo muito importante com a oposição», disse ainda. Quanto ao relatório que Pina Moura apresentou na reunião de quinta-feira contemplando designadamente os reembolsos do IRS, Guterres referiu que, depois da alteração do IRS feita pelo Governo no último Orçamento, o número de trabalhadores por conta de outrem que receberam este ano reembolsos é quase o dobro do que tinha sido no ano passado.

VISITE O SITE DO PARTIDO SOCIALISTA

<http://www.ps.pt>

PELO PAÍS

Governação Aberta

ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA

O secretário de Estado da Administração Educativa anunciou no dia 14, em Faro, o lançamento de duas novas escolas básicas do segundo e terceiro ciclos e de cinco pavilhões desportivos no Algarve, que abrirão no próximo ano lectivo 2000/2001.



As obras anunciadas por Augusto Santos Silva deverão ser iniciadas até ao fim do ano e representarão um total de investimentos de 1,8 milhões de contos.

Trata-se das escolas EB 2+3 de Estói, Faro (para 20 turmas) e de Moncarapacho, Olhão (para 15 turmas), bem como de pavilhões em escolas dos concelhos de Albufeira, Silves, Tavira e dois deles em Olhão.

Augusto Santos Silva adiantou também que os serviços competentes do Ministério da Educação receberão candidaturas para 29 instituições do ensino pré-escolar, que deverão receber «luz verde» governamental. No próximo ano lectivo 2000/2001 deverá entrar em funcionamento uma nova escola EB 2+3, em Portimão e oito novos pavilhões polidesportivos, em estabelecimentos de ensino da região.

Segundo o governante, o Executivo investiu desde 1996 oito milhões de contos em novas instalações, de que resultou a construção de 14 novas escolas, 20 pavilhões desportivos, a substituição de uma escola e a ampliação de outras quatro, num esforço que qualificou de «revolução das instalações».

Funcionarão no próximo ano lectivo 74 jardins de infância da rede pública na região, para cerca de três mil crianças, que se juntam a outras tantas da rede social e a duas mil da rede privada.

No que respeita à rede pública do ensino básico e secundário, há 65 escolas com 61 mil alunos, 46 mil dos quais do básico e 15 mil do secundário.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, disse no domingo, dia 16, em Vila Verde, que a diminuição da idade com que os jovens podem ser responsabilizados criminalmente não é a solução para acabar com a delinquência infantil.

A afirmação de Gomes surge após uma proposta feita sábado pelo líder laranja Durão Barroso que defende a diminuição da idade de imputabilidade dos jovens para

acabar com a violência juvenil.

«Este assunto tem sido discutido de forma inconclusiva em vários países, mas entendemos que não resolve o problema», referiu o governante, adiantando que «é preciso fazer um esforço adicional para colocar os jovens numa vida normal, em famílias, colégios e escolas de inserção social».

O comentário de Fernando Gomes, à proposta do PSD, foi feito à margem da cerimónia de inauguração do quartel dos Bombeiros Voluntários de Vila Verde e depois de já ter também inaugurado o Complexo Municipal das Piscinas.

Para o ministro da Administração Interna, a solução do problema da delinquência juvenil, fenómeno que tem vindo a diminuir desde 1997, passa pela integração social dos jovens.

O governante manifestou-se surpreendido com alguns comentários políticos feitos pela oposição a este fenómeno, garantindo que «foi em 1996 que se deu o maior aumento dos índices de criminalidade juvenil em Portugal».

Segundo Fernando Gomes, além de prevenir e combater a criminalidade, o «principal é combater os contra-ataques de políticos exacerbados que só contribuem para o sentimento de insegurança dos cidadãos».

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Governo socialista enviou, no dia 17, aos sindicatos da administração pública uma proposta de recuperação das pensões degradadas do sector, dando assim resposta a uma reivindicação antiga das estruturas sindicais.



Cumprindo um compromisso assumido no processo negocial de 2000, o secretário de Estado da Administração Pública, Alexandre Rosa, enviou ao sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), Frente Sindical da Administração Pública (FESAP) e Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública uma proposta para recuperar as pensões anteriores a Outubro de 1989, altura em que entrou em vigor o Novo Sistema Retributivo (NSR) da Função Pública.

A proposta prevê que a recuperação seja feita através do recálculo das pensões com base na remuneração correspondente ao índice para onde transitou o pessoal da mesma categoria quando entrou em vigor

o NSR.

Aos valores obtidos serão adicionados os valores correspondentes aos aumentos normais das pensões estabelecidas desde 1 de Outubro até este ano, excluindo as majorações atribuídas.

O Executivo propõe aos sindicatos que o diferencial resultante do recálculo das pensões seja pago de forma faseada, em parcelas iguais, em cinco anos, a partir de 2001.

Para os pensionistas com mais de 75 anos de idade, propõe que o diferencial seja pago em dois anos.

Aos pensionistas cujo diferencial for igual ou inferior a dez contos, este ser-lhes-á pago na totalidade no próximo ano.

Esta proposta de lei vai ser negociada com as estruturas sindicais da administração pública antes de ir para a Assembleia da República.

CULTURA

O ministro da Cultura, José Sasportes, afirmou segunda-feira, no Porto, que, apesar de ainda não saber em que estado está todo o processo da Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura, acredita no seu sucesso.

O ministro falava à entrada do Museu de Arte Contemporânea de Serralves, onde se foi inteirar de toda a sua estrutura e programação, em reunião com os membros da direcção.

José Sasportes reuniu-se esta tarde com a presidente da Sociedade Porto 2001, Teresa Lago, na Casa das Artes, «para ver o estado da situação».

«Eu, pessoalmente, tenho a certeza que se fará e se fará muito bem», acrescentou.

Porém, outros assuntos que levaram o ministro da Cultura ao Porto, nomeadamente quem ficará à frente do Teatro Nacional de São João.

O ministro considerou que, «do ponto de vista técnico», tem dúvidas de que Ricardo Pais esteja já demitido.

«Do ponto de vista prático» é seu desejo que o director demissionário continue à frente do Teatro.

«Acho que (Ricardo Pais) é uma colaboração importante e farei o possível para o manter no lugar, se ele assim também quiser», concluiu.

DEFESA

O ministro da Defesa e o chefe do Estado-Maior da Armada participaram, no dia 14, ao largo de Lisboa, no último mergulho do submarino «Albacora» após 33 anos ao serviço das Forças Armadas Portuguesas. O mais velho dos submarinos da classe «Albacora» foi lançado à água em Outubro de 1966 e passou a hastear a bandeira portuguesa um ano depois, sob o comando do capitão-tenente Rui Teixeira Chaves.

Com 39.889 horas de navegação, das quais 26.428 em imersão, o «Albacora» navegou nas águas do Atlântico e do Mediterrâneo, muitas vezes ao serviço da NATO.

Com uma guarnição de 53 efectivos e actualmente chefiado pelo comandante Miguel Picoto, o «Albacora» submergiu a noroeste do Cabo Espichel e regressou à Base Naval de Lisboa ao princípio da tarde de sexta-feira, onde a flâmula que simboliza

o comando da unidade naval foi entregue ao ministro Castro Caldas.

O último mergulho do «Albacora» inicia o processo faseado de abate da esquadilha de submarinos da Armada, que será substituída dentro de alguns anos por outros de nacionalidade alemã ou francesa (origem das empresas concorrentes ao fornecimento das novas unidades navais).

DEFESA DO CONSUMIDOR E JUSTIÇA

O Executivo está a criar uma rede nacional de centros de resolução de conflitos entre os consumidores e as empresas, assegurou, no dia 17, em Braga, o secretário de Estado de Defesa do Consumidor, Acácio Barreiros.

«Os centros de arbitragem do consumidor proporcionam uma relação de confiança entre os empresários e os seus clientes, e são, para todo o comerciante moderno, uma forma de melhorar as suas condições de competitividade», afirmou.

Acácio Barreiros falava na cerimónia de assinatura do novo protocolo do Centro de Informação e Arbitragem de Consumo de Braga (CIAB), em que participou também o secretário de Estado da Justiça, Diogo Lacerda Machado.

Na ocasião, Acácio Barreiros sublinhou que os centros, cujo número está a crescer em Portugal – e que já mantêm acordos com instituições congéneres de Espanha –, são um meio de os comerciantes fortalecerem as suas relações com os clientes, numa base de honestidade, a qual «sempre foi apanágio do sector comercial português». Por seu turno, para o secretário de Estado da Justiça, «é através da informação e da arbitragem que se começa a realizar o designio constitucional de acesso de todos à Justiça, nomeadamente daqueles que não têm capacidade económica».

«Assim torna-se a justiça mais acessível, mais célere, mais económica e mais próxima dos cidadãos», sublinhou Diogo Lacerda Machado, sustentando que, «de algum modo, é como que um retorno ao pelourinho, quando os cidadãos localmente aceitavam com naturalidade a jurisdição daqueles que eram reconhecidos com capacidade e habilitação para o efeito».

IGUALDADE

A ministra para a Igualdade, Maria de Belém, reuniu-se sexta-feira, em Beja, com responsáveis de entidades que intervêm ao nível da violência doméstica, tendo sido decidido constituir uma rede de alerta e actuação vocacionada para o problema.

A reunião de trabalho, realizada no Governo Civil, teve a participação dos responsáveis distritais da Administração Regional de Saúde (ARS), instituições hospitalares, Comandos da GNR e PSP, Centro Regional de Segurança Social, Centro de Emprego e Formação Profissional, entre outros.

No final, Maria de Belém mostrou-se satisfeita por ter sido elaborado um programa de trabalho, a desenvolver em parceria pelas várias entidades, e que vai incidir nas áreas mais críticas da região em matéria de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

CONSELHO MINISTROS

Governança Aberta



«O programa vai estar muito centrado no Governo Civil, mas conta com a agregação de outras áreas de modo a ser feito um levantamento dos problemas que necessitem de uma intervenção diferente e mais articulada», afirmou.

Um desses pontos mais graves é a violência doméstica e, para combater a sua existência ou aumento, vai ser criada uma rede de alerta e actuação e que Maria de Belém quer que seja «adequada à delicadeza do problema».

Um plano de trabalho assente em programas de sensibilização nas escolas, a detecção de alunos cujo aproveitamento escolar é prejudicado devido ao «clima pouco propício em casa» com que se confrontam, e ajudar famílias que são alvo de violência foram algumas das propostas que saíram do encontro.

JUSTIÇA

O ministro da Justiça, António Costa, garantiu, no dia 14, que as mil vagas para o quadro de oficiais de justiça estarão preenchidas a 15 de Setembro, na abertura do novo ano judicial.

«Pela primeira vez o quadro de oficiais de justiça estará preenchido», afirmou o titular da pasta da Justiça, que inaugurou sexta-feira o primeiro Cartório Notarial de Competência Especializada de Lisboa destinado à prática de actos relacionados com o direito sucessório.

Segundo António Costa, a primeira tarefa é reforçar «alguns tribunais particularmente congestionados» e depois realizar, em Janeiro, um segundo movimento destinado a aumentar a capacidade de resposta dos tribunais que estão congestionados, mas não tanto como os primeiros.

Segundo o governante, até final de 2000 vão estar em curso medidas previstas no Orçamento de Estado (OE) que servem de «estímulo às partes» (incentivos fiscais, por exemplo) para pôr termo a processos de «forma amigável», desanuviando assim os tribunais das pendências processuais.

Salientou ainda que a 1 de Janeiro de 2001 entra em vigor um conjunto de alterações de natureza processual, com destaque para as citações/notificações, adiamentos e audição de testemunhas que compareçam em tribunal, que «vão começar a introduzir mudanças qualitativas importantes no funcionamento do sistema» judicial.

JUVENTUDE

O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, destacou, segunda-feira, dia 17, a importância da iniciativa das autarquias na criação de equipamentos culturais e recreativos, agora elegíveis no âmbito do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA).



Este responsável falava no âmbito do lançamento da obra da Casa de Juventude do Chouso (Santa Cruz do Bispo) e da inauguração dos novos *ateliers* da Casa da Juventude de Matosinhos.

«As autarquias são responsáveis pela apresentação de projectos para este género de equipamentos», referiu, salientando que as novas regras do III QCA, designadamente através da componente desconcentrada do Plano Operacional do Desenvolvimento Social, prevêm a possibilidade de comparticipação comunitária neste tipo de infra-estruturas sociais.

O Governo e as autarquias, numa «lógica de complementaridade», assumirão os restantes encargos, acrescentou.

De acordo com o secretário de Estado, os novos equipamentos culturais do concelho de Matosinhos são «um exemplo da atenção dedicada pela autarquia às necessidades dos jovens».

PLANEAMENTO

A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, disse sexta-feira, em Lousada, que a Acção Integrada de Base Territorial (AIBT) do Vale do Sousa é apenas uma pequena fatia do investimento que vai ocorrer na região durante o III QCA.

Elisa Ferreira referiu que «os presidentes das câmaras podem igualmente aceder ao subprograma de apoio aos investimentos municipais e intermunicipais e beneficiam também das intervenções desconcentradas dos diversos ministérios, quer ao nível de ambiente quer de acessibilidades».

A AIBT, apresentada aos presidentes das câmaras dos seis municípios da região, reuniu em que participaram o secretário de Estado adjunto da ministra, Ricardo Magalhães, o presidente da Comissão de Coordenação Regional do Norte, Braga da Cruz, e os coordenadores dos diversos sectores estratégicos, tem uma dotação de 4,8 milhões de contos para os próximos seis anos.

A acção integrada destina-se

prioritariamente, segundo a ministra, «ao reordenamento de carácter industrial, como complemento de projectos das acessibilidades e do ambiente, à requalificação de uma série de núcleos urbanos e à criação da rota do românico».

«Em torno deste pacote é preciso reparti-lo e há que garantir que a AIBT de cinco milhões de contos é uma espécie de cimento, ou, mais do que cimento, é o motor para se criar as articulações necessárias para que estes problemas que duram há tanto tempo desta vez se resolvam definitivamente», afirmou Elisa Ferreira.

PRESIDÊNCIA CM

A consulta às regiões autónomas sobre a descriminalização do consumo de droga é uma questão formal a que a Madeira se agarra para atrasar a aprovação da lei, afirmou, no dia 13, em Lisboa, o secretário de Estado Vitalino Canas.

O governante com a tutela das questões da droga e da toxicod dependência reagiu assim à notícia de que o Presidente da República pode não promulgar a lei, suscitando a sua inconstitucionalidade formal.

Para Vitalino Canas, a consulta às regiões autónomas é «uma questão meramente formal», que «será seguramente ultrapassada pela Assembleia da República».

«Se o Presidente da República entender que deve ser feita a audição com certeza que não haverá aí qualquer problema»,



observou.

«A minha opinião não é definitiva, parece-me que é um assunto de carácter formal a que a região autónoma da Madeira agora se agarra para atrasar um bocadinho a aprovação da lei», sustentou, acrescentando ter consciência de que «houve muita participação das regiões autónomas no processo de elaboração da lei», argumentando ainda que foram contempladas algumas observações vindas das regiões autónomas.

Nestes termos, Vitalino Canas considerou mesmo que houve neste processo «uma participação plena das regiões autónomas».

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 13 de Julho

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que cria uma Equipa de Missão para proceder à realização dos estudos necessários ao lançamento do concurso público tendo em vista a concepção, construção e exploração da Terceira Travessia do Tejo;
- Um decreto-lei que regula o acesso e o exercício da actividade das empresas de animação turística;
- Um decreto-lei que transpõe para o direito nacional a directiva comunitária relativa à produção e comercialização de materiais de propagação de plantas ornamentais e altera o decreto-lei n.º 277/91, de 8 de Agosto;
- Um diploma que altera o decreto-lei que adapta medidas complementares de luta contra a encefalopatia espongiiforme bovina no domínio da alimentação animal, aplicáveis no território de Portugal continental;
- Um diploma que altera o artigo 2º do anexo ao decreto-lei que cria o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Alto Zêzere e Còa, para captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição efluentes dos municípios de Almeida, Belmonte, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Guarda, Manteigas, Meda, Penamacor, Pinhel e Sabugal;
- Um decreto regulamentar que amplia a área crítica de recuperação e reconversão urbanística da cidade do Porto;
- Uma proposta de resolução que aprova o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro em 22 de Abril de 2000;
- Uma resolução que cria a comissão para a harmonização do ordenamento jurídico português face à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
- Uma resolução que incumba a Inspeção-Geral das Pescas e o IFADAP de executarem o programa de integração e expansão do sistema de fiscalização e controlo da actividade da pesca, relativo ao ano de 2000;
- Uma resolução que ratifica uma alteração aos artigos 25º e 35º do Regulamento do Plano Director Municipal de Fornos de Algodres;
- Uma resolução que ratifica o Plano Director Municipal da Golegã;
- Uma resolução que designa António Carlos dos Santos e Nuno Rodrigues Martins Portas elementos do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

DESTAQUE – CM

Equipamentos

EXECUTIVO PREPARA TERCEIRA PONTE SOBRE O TEJO

O Conselho de Ministros aprovou, na passada quinta-feira, dia 13, no Palácio de Queluz, uma resolução que cria uma Equipa de Missão para proceder à realização dos estudos necessários ao lançamento do concurso público tendo em vista a concepção, construção e exploração da terceira travessia do Tejo.

O Governo decidiu dar início à realização dos necessários estudos prévios tendo em vista a concepção, construção e exploração de uma nova ponte sobre o rio Tejo, localizada entre Lisboa e o Barreiro, tendo, para tal, inscrito no PIDDAC do Instituto de Estradas de Portugal as verbas adequadas.

Para este fim, os ministros entenderam ser necessário identificar os estudos sectoriais e planos de ordenamento do território já realizados por diversas instituições, estabelecer objectivos e definir os parâmetros a que a nova travessia deve obedecer, tendo em conta a evolução recente do sistema de transportes rodoviários e ferroviários, em particular a construção da Ponte Vasco da Gama e a instalação do Caminho de Ferro na Ponte



25 de Abril, bem como as perspectivas de desenvolvimento da região e do País, tendo por base a construção de grandes infra-estruturas projectadas ou a projectar como é o caso do novo aeroporto.

Paralelamente, o Executivo considerou importante avaliar os recursos necessários e definir o quadro jurídico e económico da realização da nova infra-estrutura, tirando partido da experiência de que Portugal

dispõe na construção de obra pública através da concessão em regime de parceria público-privada.

Este diploma vem, assim, constituir na dependência do ministro do Equipamento Social, e a funcionar junto do Instituto de Estradas de Portugal (IEP), uma Equipa de Missão que procederá à realização dos estudos necessários ao lançamento do concurso público tendo em vista a concepção, construção e exploração da Terceira Travessia do Tejo, sendo formada pelo encarregado de missão, pelo adjunto do encarregado de missão e por três personalidades propostas pelas seguintes entidades: ministro das Finanças, ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território e ministra do Planeamento.

A Equipa de Missão deve concluir, no prazo de 60 dias após a tomada de posse, um relatório preliminar que permita calendarizar e desencadear todo o processo tendente à realização dos procedimentos prévios ao lançamento do referido concurso público, e apresentar até final do primeiro semestre de 2001 todos os estudos prévios necessários ao lançamento do concurso em causa.

DESTAQUE – CM

Turismo

ANIMAÇÃO TURÍSTICA COM REGULAMENTAÇÃO

Marinas, portos de recreio, autó-dromos, parques temáticos, campos de golfe, aeronaves para passeio, salas de congressos ou centros equestres são algumas das actividades classificadas como animação turística que passam a ter regras específicas. O diploma legal, já aprovado em Conselho de Ministros, no passado dia 13, destina-se a regulamentar o acesso e o exercício da actividade das empresas que se integram naquela classificação e tem como objectivo

defender os interesses dos turistas. Assim, são definidas como empresas de animação turística aquelas cujo objecto é a exploração de actividades lúdicas, culturais, desportivas ou de lazer que contribuam para o desenvolvimento do turismo numa determinada região e não se integrem nos empreendimentos turísticos no espaço rural, estabelecimentos de restauração ou agências de viagens.

Aliás, se estas unidades optarem por desempenhar também funções de

animação turística têm de requerer aprovação legal.

Para além das actividades já referidas, são consideradas de animação turística as instalações e equipamentos de apoio a práticas tão diversas como windsurf, surf, bodyboard, wakeboard, ski aquático, vela, remo, mergulho, pesca desportiva, espeleologia, alpinismo, paraquedismo e parapente.

As empresas só podem funcionar com licença, constante de alvará, a conceder pela

Direcção-Geral do Turismo, e se o seu capital social realizado não for inferior a 2500 contos.

Entretanto, os estabelecimentos ou projectos declarados de interesse para o Turismo antes da entrada em vigor do diploma agora aprovado também necessitam de obter aquela licença, o que podem fazer no prazo de um ano.

O diploma sobre animação turística entrará em vigor no dia seguinte à sua publicação em Diário da República.

O PS CONTA CONSIGO

Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

Nova Rede - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005

CGD - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

BES - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



GOVERNO DESEMPATA

Num Parlamento cuja composição é inédita (o PS e os partidos da oposição possuem o mesmo número de mandatos), o Governo foi o «campeão» da produção legislativa

Cerca de 75 por cento das propostas de lei apresentadas pelo Governo na Assembleia da República (AR), nos primeiros oito meses de mandato, já mereceram aprovação parlamentar.

Durante a primeira sessão da VIII Legislatura, o Executivo remeteu ao Parlamento 32 iniciativas legislativas, tendo sido discutidas 26. Quase todas (25) foram aprovadas na generalidade e 23 já conheceram idêntico desfecho em sede de votação final global. Apenas uma proposta, que preconizava alterações à composição e competências da Comissão Nacional de Eleições, foi rejeitada (mediante dois empates consecutivos no escrutínio parlamentar). Com o PS a desfrutar de maioria relativa na Assembleia da República (AR), durante a VII Legislatura, o anterior Governo foi confrontado com a rejeição de quatro propostas de lei entre Outubro de 1995 e Junho de 1996. Sete das 25 propostas aprovadas na generalidade, durante os últimos oito meses, mereceram apoio unânime dos deputados, enquanto a aprovação de outras sete foi



garantida apenas por deputados socialistas. No que toca a propostas de resolução, outro instrumento que o Governo sujeita a discussão na AR, foram apresentadas 36 e quase metade (17) foram aprovadas em votação final global. Entre as propostas oriundas do Governo e aprovadas pelo Parlamento avultam a nova Lei de Bases do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social, a Organização e Ordenamento do Ensino Superior, a organização da investigação criminal e a lei que habilita os emigrantes a votarem na eleição do Presidente da República. A alteração do modelo de financiamento dos

partidos e das campanhas eleitorais, a revisão da legislação sobre consumo de estupefacientes e a aprovação do regime jurídico do referendo local, a par da autorização concedida ao Executivo para legislar sobre o regime jurídico do arrendamento urbano, são outros diplomas para cuja elaboração o Governo concorreu.

Guterres presente

O primeiro-ministro compareceu 12 vezes na Assembleia da República, ao longo da presente sessão legislativa, tendo usado da palavra em sete ocasiões. Além das

intervenções na discussão do programa do Governo e nos debates sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado, António Guterres subiu à tribuna do hemicírculo de São Bento mais cinco vezes: em duas ocasiões a propósito da Presidência da União Europeia, uma vez para um debate sobre política geral (requerido pelo Executivo), outra para discutir a moção de censura apresentada pelo CDS/PP e ainda para intervir no debate sobre «O estado da Nação». Houve ainda a registar mais de uma centena de presenças de membros do Governo, a fim de procederem à apresentação de propostas de lei e de propostas de resolução, para intervir em diversos debates ou para responderem a perguntas formuladas pelos deputados ao Executivo.

As iniciativas legislativas dos seis grupos parlamentares rondaram as duas centenas e meia, sendo o PS responsável por mais de uma quinta parte.

Dos 258 projectos de lei entregues na Mesa da Assembleia da República perto de meia centena (44) foram aprovados na generalidade e 22 mereceram aprovação em sede de votação final global. Treze destes projectos estão vertidos em diplomas mediante conjugação com propostas governamentais.

Os projectos de resolução ascenderam a 68, tendo sido apreciados 33 e aprovados 17 em votação final global.

DEPUTADO MANUEL DOS SANTOS

Presidência portuguesa da UE

NOVAS IDEIAS SOBRE O FUTURO DA EUROPA



O deputado socialista Manuel dos Santos afirmou no dia 6, no Parlamento, que «a presidência portuguesa da União Europeia (UE), durante o primeiro semestre do corrente ano, constituiu um êxito assinalável. Todos o reconhecem no exterior. A maioria o reconhece em Portugal».

Para o deputado do PS, «com o êxito obtido ganhou o primeiro-ministro, presidente em exercício da União, ganhou o Governo, mas ganhou sobretudo Portugal».

E ganhou Portugal, adiantou, «porque a imagem do País, da sua estrutura produtiva, da sua organização política e, sobretudo, da sua administração pública se fortaleceu, se afirmou e, reconhecidamente, se impôs num contexto europeu de acentuada competição».

Mas o que mais marca a presidência portuguesa, na opinião de Manuel dos Santos, «é o lançamento, agora imparável, de novas ideias sobre o futuro da Europa e, nomeadamente, sobre o futuro da economia europeia num ganho de

inovação e abertura desconhecido na União desde os tempos da presidência de Jacques Delors».

Na sua intervenção, Manuel dos Santos passou em revista alguns assuntos que foram tratados na presidência portuguesa, desde a cimeira Euro-África realizada no Cairo, até à política europeia de segurança e defesa, passando pelo desenvolvimento das relações externas até ao Conselho Europeu de Lisboa sobre emprego, reforma económica e coesão social.

Segundo salientou o deputado do PS, «educação e formação para a vida e trabalho na sociedade do conhecimento, desenvolvimento de uma política de emprego activa, modernização da protecção social e reforço de todas as medidas visão a inclusão social, são algumas das dimensões lançadas, prosseguidas e concluídas pela presidência portuguesa, no quadro da nova estratégia de desenvolvimento definida em Lisboa».

Só por isto, salientou, «já teria valido a pena exercer a presidência da União durante o semestre que agora terminou».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO ANTÓNIO MARTINHO

Presidência Portuguesa da UE

DEMAGOGIA ALARMISTA ABRE PORTAS À INVERDADE



O deputado socialista António Martinho afirmou, no dia 13, na Assembleia da República, que «Portugal tem uma política agrícola nacional que o Governo sabe defender em Bruxelas e implementar no País».

Considerando a presidência portuguesa da União Europeia (UE) «positiva», «boa para a Europa e para Portugal» – uma vez que atingiu os objectivos traçados –, António Martinho não deixou passar a oportunidade de evidenciar os logros obtidos durante o mandato português no sector da Agricultura.

«Mas, apesar da boa performance da presidência portuguesa, também no domínio agrícola, há quem não resista a passar os dias, os últimos dias, fazendo ataques sistemáticos à política do Governo português neste sector», denunciou, referindo-se de seguida aos discursos do líder «popular» Paulo Portas que, segundo considerou, «rondam a demagogia», sendo «alarmistas e recheados de inverdades».

A título de exemplo, António Martinho

recordou a afirmação de Portas segundo a qual «Portugal almoça e janta 75 por cento de produtos importados».

«A realidade é o inverso das afirmações do presidente do CDS/PP», garantiu o deputado do GP/PS, acrescentando que Paulo Portas «não tem razão e não tem o direito de enganar os portugueses quando, inebriado pelos holofotes de uma qualquer câmara televisiva, profere afirmações de modo tão ligeiro e precipitado».

Ao citar o caso concreto do problema da quota de produção de leite na Europa, António Martinho considerou que «o Governo português soube defender os interesses dos produtores nacionais», lembrando ainda que foram tomadas «medidas de âmbito nacional para solucionar o problema».

No que diz respeito à produção açoriana de leite, o deputado frisou que a «negociação não é fácil», mostrando-se, porém, confiante em que o Executivo de Guterres encontrará «uma solução aceitável no quadro comunitário para apoiar os agricultores».

MARY ROPDRIGUES

BRUXELAS

Programas comunitários

543 MILHÕES DE CONTOS PARA EDUCAÇÃO FORMAÇÃO E EMPREGO EM PORTUGAL

Aumentar em 180 mil os alunos das escolas de formação profissional e fornecer formação profissional a outros 177.500 portugueses são duas das grandes metas dos programas comunitários de educação, formação e emprego para Portugal até ao ano 2006.

Dotados de mais de 543 milhões de contos e tendo a formação profissional como denominador comum, os dois programas são assinados hoje, quinta-feira, em Lisboa pela comissária europeia Anna Diamantopoulou, a responsável pelo Emprego e Assuntos Sociais, e pelos ministros da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, e do Trabalho e Solidariedade, Ferro Rodrigues.

Quanto ao programa de emprego (POE), dotado de 1167 milhões de euros (mais de 233 milhões de contos), passa também por conseguir que exista um computador por cada 20 estudantes até 2003 – e por cada dez alunos, três anos depois.

A sua concretização implica igualmente a formação de mais 150 mil professores em tecnologias de informação e de 30.500 adultos em línguas estrangeiras e



seguimento às orientações definidas na recente cimeira de Lisboa sobre o Emprego.

Tendo aprovado a estratégia portuguesa, a Comissão Europeia canalizará fortes apoios, através de verbas do Fundo Social Europeu (FSE) e do FEDER que totalizarão 1167 milhões de euros até 2006, ano em que termina a vigência deste terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA III). Do FSE provirão 764 milhões de euros (65,5 por cento do total dos apoios comunitários), enquanto o FEDER contribuirá com 403 milhões, ou seja 34,5 por cento do total.

Formar por ano 30 mil jovens

A formação é, aliás, a aposta forte de Portugal, já que no que se refere ao Programa do Emprego, Formação Profissional e Desenvolvimento Social o objectivo português é formar anualmente mais de 30 mil jovens, 21 mil funcionários públicos e 125 mil trabalhadores.

Outros dos objectivos visados pelo programa são o de apoiar e promover formação profissional em 1000 pequenas e médias empresas e fornecer assistência a 7000 deficientes, 1200 toxicodependentes ou ex-toxicodependentes, bem como a 11 mil desempregados de longa duração.

Para este programa está previsto um financiamento de 1.548 milhões de euros (cerca de 310 milhões de euros), dos quais 57,9 milhões serão provenientes dos financiamentos do FEDER enquanto o restante da comparticipação comunitária virá do Fundo Social Europeu.

PORTUGAL SOCIALISTA



INTERNACIONAL SOCIALISTA
**SOCIALISTAS
NO MUNDO**

tecnologias de informação, bem como conseguir que 140 mil estudantes tenham experiência de trabalho, isto tudo até 2006. Portugal propõe-se ainda conseguir, através do POE, melhorar a qualidade da escolaridade obrigatória de nove anos, promover a aprendizagem ao longo da vida e orientar o desenvolvimento das sociedades de informação, dando assim

BRUXELAS

Eurostat

DESEMPREGO ESTÁVEL EM MAIO NOS QUINZE E NA ZONA EURO

A taxa de desemprego manteve-se estável em Maio face a Abril no conjunto da União Europeia (8,5 por cento) e na zona euro (9,2 por cento da população activa), anunciou o Eurostat, o departamento de estatística europeu.

Em Maio de 1999, a taxa de desemprego era na UE-15 de 9,2 por cento e na zona euro de 10,0 por cento.

O Eurostat indica que no mês de Maio passado 14,5 milhões de pessoas estavam no desemprego na UE, 11,9 milhões dos quais na zona euro.

Em Maio, as taxas de desemprego mais baixas foram registadas no Luxemburgo (2,2 por cento), na Holanda (3,0 por

cento) e na Áustria (3,2 por cento), segundo os dados recolhidos pelo Eurostat.

A Espanha continuava a apresentar a taxa de desemprego mais elevada (14,3 por cento). As taxas de desemprego eram de 8,4 por cento na Alemanha e de 9,8 por cento na França.

Portugal registou em Maio uma taxa de desemprego de 4,5 por cento contra 4,4 por cento, sendo o único país da União Europeia a apresentar um agravamento, segundo os cálculos do Eurostat.

A título de comparação, a taxa de desemprego era em Maio de 4,1 por cento nos Estados Unidos e de 4,7 por cento no Japão.

MAPUTO

III cimeira da CPLP

SAUDADES DO FUTURO

A cimeira da «consolidação e da esperança», como lhe chamou Jorge Sampaio, terminou no dia 18 em Maputo, tendo sido aprovados vários documentos, estabelecendo princípios e programas de acção da CPLP.

Uma cimeira que ficou marcada pela demonstração de empenho do Brasil, pela presença de Timor, pela ausência do presidente angolano e por críticas generalizadas à UNITA.

O primeiro-ministro português, António Guterres, sustentou em Maputo que a CPLP deve impor uma reforma global do sistema internacional para tornar o mundo mais justo para os países pobres.

Discursando na abertura da III cimeira da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), António Guterres referiu-se ao «inconformismo» em relação à arquitectura «injusta» das relações internacionais, à «convicção» de que os direitos humanos são valores absolutos e a uma «vontade política» do governo português de ajudar a CPLP a ser um «actor preponderante no cenário mundial». «É nosso dever como CPLP impor uma agenda global de reforma a todos os níveis da organização política, financeira e económica internacionais», disse Guterres. O primeiro-ministro afirmou ser necessário reformar as Nações Unidas «no sentido da democratização e eficácia» das instituições financeiras internacionais, nomeadamente a sua «lógica de condicionalidade» e o alívio da dívida externa dos países pobres.

«Neste mundo, os valores ainda estão fundamentalmente subordinados aos interesses, daí a importância de esta comunidade ser uma comunidade de valores para que a sua voz tenha credibilidade», disse Guterres.

O primeiro-ministro português afirmou que o seu governo assumiu já a consagração de um volume não inferior a mil milhões de dólares ao espaço da CPLP até 2004 no quadro da política de cooperação.

Guterres adiantou que o Governo português adere «de forma entusiástica» ao projecto de Moçambique fazer com que cada vez mais a CPLP se associe aos povos e sociedades e ultrapasse as regras de cooperação entre os estados.

Falou igualmente da solidariedade de Moçambique para com Portugal, considerando «admirável» que um país que sofreu nas cheias de Fevereiro e se dedica à reconstrução, possa ter organizado a cimeira.

«É esta solidariedade que nos faz acreditar que a CPLP será no futuro e no mundo cada vez mais um actor essencial da construção de um novo estilo de relacionamento dos povos baseado na



liberdade, igualdade e justiça», disse Chissano.

Por sua vez, o Presidente português, Jorge Sampaio, afirmou na sessão inaugural da III cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que estão reunidas «todas as condições para poder acreditar no futuro».

Num improviso ao discurso escrito, Jorge Sampaio sublinhou a presença na sala de lutadores pela democracia e de pessoas que pegaram em armas para obter a liberdade, considerando que «na nova idade de consolidação atingida, em que o espírito permanece e o passado se ultrapassou», importa acreditar no futuro.

Sampaio destacou que a CPLP «é constituída por países cujos governos recebem a sua legitimidade de eleições internacionalmente reconhecidas como livres e justas».

«Todos sabemos que a democracia não se esgota na realização de actos eleitorais», afirmou, acrescentando que «aperfeiçoar a democracia é uma tarefa permanente a que nenhum pode furtar-se» e que «desse esforço depende a cada momento a capacidade de consolidar o Estado de Direito, zelar pelos direitos fundamentais, combater a corrupção, garantir a liberdade de imprensa e promover a justiça e o bem comum».



Apresentado pelo Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, como um amigo de longa data que se encontra no país pela 15ª vez - em contraponto com o chefe de Estado brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, que realiza a sua primeira visita - Jorge Sampaio agradeceu «a memória de Chissano» a quem felicitou pela organização da cimeira «num ano tão difícil» para o país, devido às cheias que o assolaram.

Depois de referências especiais ao comandante Xanana Gusmão, presidente do Conselho Nacional da Resistência de Timor-Leste, país que em breve será acolhido como membro de pleno direito da CPLP, e ao chefe de Estado guineense, Kumba Ialá, a quem manifestou desejo «de que o esforço de recuperação em curso no país frutifique e encontre o apoio de que carece», o presidente Sampaio definiu comunidade como «um espaço de afirmação da lusofonia» e um «compromisso da solidariedade e cooperação entre os países membros». Sampaio, que sublinhou «as importantes funções de concertação diplomática na cena internacional», citando os casos da Guiné-Bissau e de Timor-Leste, acrescentou que «a CPLP é, finalmente, um instrumento e um estímulo ao aprofundamento dos laços entre as sociedades civis dos respectivos países». «Podemos hoje afirmar que a CPLP, nestes seus quatro anos de existência, demonstrou dinamismo e capacidade para desempenhar as tarefas fundamentais que lhe estão cometidas, embora, naturalmente, muito reste ainda por fazer para corresponder a todas as expectativas que nela estão depositadas», afirmou o presidente português.

Paz é essencial para alcançar o desenvolvimento

A propósito da paz «uma condição essencial para alcançar o desenvolvimento», Jorge Sampaio manifestou solidariedade ao povo angolano, exortou para a paz e reconciliação e regozijou-se face ao anúncio de eleições para 2001.

«Regozijo-me com o anúncio feito pelo presidente José Eduardo dos Santos, quanto à realização de eleições democráticas em 2001», declarou.

A terminar, o Presidente português agradeceu o desempenho de Marcolino Moco como secretário executivo da CPLP «pelo seu dedicado desempenho num período difícil, crucial e exigente de afirmação da comunidade» e desejou «as maiores felicidades» à nova secretária executiva, a brasileira Dulce Pereira.

Votos idênticos foram também formulados relativamente ao secretário executivo adjunto cessante, o são-tomense Rafael Branco e ao seu sucessor, o moçambicano Zeferino Martins.

UNICEF

Relatório revela

7,9 MILHÕES DE ADOLESCENTES COM SIDA NA ÁFRICA SUBSAARIANA

O relatório anual da UNICEF «O Progresso das Nações 2000», divulgado em Durban (África do Sul), traça um quadro sombrio da evolução da epidemia da sida entre os adolescentes em várias regiões do mundo, com destaque para a África subsaariana, onde 5,3 milhões de raparigas e 2,6 milhões de rapazes estavam infectados com o vírus HIV em finais de 1999.

O estudo da UNICEF coloca Portugal em segundo lugar na Europa entre os países com mais casos de infecção pelo vírus da sida entre adolescentes com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. Segundo o relatório, em Portugal 0,3 por cento das raparigas e 0,6 por cento dos rapazes entre aqueles limites etários vivem com SIDA.

O primeiro lugar europeu é ocupado pela Ucrânia (0,8 por cento de infecção feminina e 1,3 por cento masculina), sendo o terceiro lugar ocupado pela Suíça (0,3 e 0,4 por cento) e o quarto pela Espanha (0,2 e 0,5 por cento).

Verdadeiramente crítica é a situação na África Austral. No Botswana, 34 por cento das jovens e 16 por cento dos rapazes entre os 15 e os 24 anos estão infectados, seguem-se o Zimbabué (com 25 e 11 por cento), a Namíbia (com 20 e 9,1 por cento), a Zâmbia (com 18 e 8,2 por cento), o



Malawi (com 15 e 7 por cento) e Moçambique (com 15 e 6,7 por cento). Enquanto no Médio Oriente, na África do Norte e na Ásia Central as estatísticas são relativamente brandas, nas regiões da Ásia do Sul e do Leste, do Pacífico e das

Américas a situação assume contornos mais sérios.

No Camboja, nos mesmos grupos etários, 3,5 por cento das raparigas e 2,4 por cento dos rapazes são seropositivos, seguindo-se na região a Tailândia, Myanmar e a Índia como os casos mais graves.

Nas Américas, o primeiro lugar entre os países com mais casos de infecção pelo HIV entre os jovens é ocupado pelo Haiti (2,9 por cento das raparigas e 4,9 por cento dos rapazes), seguindo-se a República Dominicana (com 2,8 e 2,6 por cento).

O Brasil ocupa o nono lugar nas Américas, com percentagens para raparigas e rapazes de 0,3 e 0,7 por cento respectivamente.

Os totais reflectem a seguinte realidade: 200 mil raparigas e 440 mil jovens do sexo masculino infectados nas Américas, 80 mil raparigas e 140 mil rapazes na Europa, 15 mil raparigas e 28 mil rapazes no Médio Oriente e no Norte de África, 5,3 milhões de raparigas e 2,6 milhões de rapazes na África subsaariana, cerca de cinco mil raparigas e cerca de cinco mil rapazes na Ásia Central e 880 mil raparigas e 660 mil rapazes no Leste e no Sul da Ásia e no Pacífico infectados pelo HIV.

No comentário a estas estatísticas, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, escreve no prefácio ao relatório da UNICEF que «O Progresso das Nações» regista «o ritmo devastador com que o HIV/sida se tornou, em menos de uma geração, na maior catástrofe do continente africano e que agora se espalha pela Ásia e partes da América Central e Latina».

«Tão malévolos é esta ameaça que as perspectivas económicas e a estabilidade social de regiões inteiras estão em risco. É adequado, por isso, que o HIV/SIDA seja o tópico principal desta edição do Progresso das Nações. Os números dos níveis de infecção entre os jovens são horrorosos. Os esforços para educar e informar os povos, especialmente os jovens, sobre o HIV/sida devem ser perseguidos com muito maior energia», sublinha no prefácio o secretário-geral da ONU.

Referindo-se aos aspectos positivos do «Progresso das Nações», Kofi Annan salienta que, graças ao investimento nas crianças feito pelas nações de uma forma global, «milhões de crianças estão agora isentas do risco de ficarem mentalmente afectadas pela deficiência de iodo, milhões de outras gozam de melhor saúde graças aos avanços no acesso à água potável e mais crianças frequentam escolas do que há 10 anos atrás».

Poliomielite em vias de erradicação

Kofi Annan destaca também que a poliomielite está em vias de erradicação e que as campanhas de imunização operaram milagres em tantas vilas e locais

remotos em países em desenvolvimento, assim como se congratula com o «grande vigor com que questões como o trabalho infantil e a exploração sexual estão a ser tratadas».

No capítulo da vacinação (considerando a «tripla» conhecida por DPT, difteria, tosse convulsa e tétano), o relatório destaca países africanos, como a Gâmbia, o Malawi e as Maurícias, onde os respectivos governos conseguiram atingir níveis de vacinação da ordem dos 90 por cento ou mais.

Tendo em conta a percentagem de crianças que foram vacinadas três vezes (com um mês de idade, um mês e meio e 3 meses), o «Progresso das Nações» coloca em África a Gâmbia (com 96 por cento), o Malawi (com 96 por cento), as Maurícias (com 90 por cento), o Botswana (com 82 por cento), a Tanzânia (com 82 por cento), o Benin (com 81 por cento), o Zimbabué (com 81 por cento), Moçambique (com 77 por cento), o Ruanda (com 77 por cento), o Quênia (com 76 por cento) e a África do Sul (com 76 por cento) no topo do continente.

Em Angola, apenas 36 por cento das crianças recebem as três doses de imunização tripla, enquanto na Guiné-Bissau essa percentagem é de 63 por cento.

Neste capítulo, Portugal situa-se no conjunto de países europeus com uma percentagem de inoculações de 97 por cento (com a Bielorrússia, França, Moldava, Holanda, Roménia, Federação Russa e Macedónia).

O único país europeu com uma taxa de vacinação de 100 por cento é, segundo o relatório, a Hungria.

Angola tem dos piores indicadores

Angola tem dos piores indicadores entre as nações africanas e do mundo num quadro combinado de índices de mortalidade infantil e outros indicadores socioeconómicos.

Naquele país africano, onde nascem por ano uma média de 583 mil crianças, morrem 170 mil antes de atingirem os cinco anos, sendo a taxa de mortalidade entre os zero e os cinco anos de 292 por mil. Também em Angola, 42 por cento das crianças com menos de cinco anos têm um peso inferior ao considerado normal para a idade.

Em Moçambique, onde nascem em média 817 mil indivíduos por ano, registam-se 168 mil mortes anuais em crianças com menos de cinco anos, um índice de mortalidade de 206 em mil.

Em Portugal, para 103 mil nascimentos por ano, registam-se mil mortes antes dos cinco anos, equivalente a um índice de mortalidade de nove em mil, refere o relatório.

ÁFRICA DO SUL

Conferência sobe a sida

MANDELA EXORTA À INTENSIFICAÇÃO DA LUTA

O ex-Presidente da África do Sul Nelson Mandela, uma das maiores figuras do século XX, exortou no dia 14 todos os participantes na 13ª Conferência Internacional sobre a sida a porem em prática os ensinamentos e experiências que colheram durante o encontro.

Falando na sessão de encerramento da maior Conferência sobre o HIV/sida jamais realizada em África, Mandela classificou a doença como «um desastre que está efectivamente a pôr fim aos dias de desenvolvimento vividos por África na última década e a sabotar o futuro».

Apelando aos participantes para que «intensifiquem a luta contra o HIV/sida» e a tudo fazerem para minorar o sofrimento dos que estão infectados pela doença, Mandela não deixou de defender o seu sucessor na presidência sul-africana, que tem sido criticado asperamente pela comunidade científica por dar voz ao chamados «dissidentes» (académicos que põem em causa que a sida seja uma consequência

directa do vírus HIV, buscando em outras realidades, como a pobreza e a falta de higiene, causas adicionais para a epidemia).

«O presidente deste país é um homem de grande integridade, que leva muito a sério o pensamento científico», disse Mandela, que recordou que, já quando era vice-presidente, Thabo Mbeki tinha colocado a sida no topo das prioridades nacionais.

Antes da cerimónia, Mandela recebeu um cheque de cinco milhões de dólares de uma agência norte-americana, destinados a programas de auxílio a crianças vítimas da sida e que perderam os pais em consequência da epidemia, no âmbito do Fundo Mandela para as Crianças.

O donativo da Agência para o Desenvolvimento Internacional é concedido numa altura em que estudos recentes sugerem que, no ano 2010, cerca de 68 por cento dos 44 milhões de órfãos no mundo inteiro deverão ter perdido os seus pais em resultado da sida.

SOLIDARIEDADE

Trabalho infantil

GOVERNO LANÇA CONCURSO DE PREVENÇÃO PARA ERRADICAÇÃO

*Tu querias perceber os pássaros
Voar como o Jardel sobre os centrais
Saber como dão cera os casulos
Mas isso já eram sonhos a mais*
Carlos Tê

O trabalho infantil existe, é um problema, e é preciso erradicá-lo afirmaram no dia 17, no bairro da Cova da Moura, em Lisboa, os secretários de Estado do Emprego e o da Juventude, Paulo Pedroso e Miguel Fontes.

Trabalho infantil, um flagelo que alastrou durante o cavaquismo - com empresários sem escrúpulos a recorrerem impunemente a esta forma extrema de exploração sob o olhar indiferente dos responsáveis laranja da altura -, que os governos do PS têm combatido através de várias medidas, mas que, tal como a pobreza, só será definitivamente erradicado através de profundas reformas económicas e sociais de carácter socializante.

Os dois governantes falavam no lançamento de um Concurso pela Prevenção da Exploração do Trabalho Infantil, cujo



protocolo foi assinado pelo presidente do Instituto Português da Juventude (IPJ), Pedro Meireles, e pela responsável do PEETI - Plano pela Eliminação da Exploração do

Trabalho Infantil, Catalina Pestana.

O local escolhido foi a Associação Moinho da Juventude, situada num dos bairros da Amadora mais problemáticos da grande Lisboa, a Cova da Moura, onde residem 6 mil habitantes, 70 por cento dos quais imigrantes, na sua maioria cabo-verdianos. Trata-se de um concelho onde, nas palavras do presidente da Câmara da Amadora, Joaquim Raposo, se verifica maior abandono escolar, com cerca de 1900 crianças a deixarem a escola antes do tempo e onde mais de duas mil crianças a única refeição quente que comem é na escola.

Para o autarca, o concelho da Amadora tem características diferentes - 45 mil imigrantes e 10 mil barracas - e, como tal, justificaria também um tratamento diferente por parte das autoridades governativas, que até agora, segundo afirmou, ainda não deram resposta adequada aos problemas aqui emergentes.

Por sua vez, o secretário de Estado do Trabalho e Formação, Paulo Pedroso, reconheceu que o trabalho infantil é um problema que existe e que é preciso «assumi-lo e enfrentá-lo sem complexos»,

referindo que Governo está empenhado em erradicá-lo, sendo a criação deste concurso um exemplo das muitas iniciativas para o efeito.

O concurso sob o lema de «Há um Tempo para Aprender» visa incentivar as associações juvenis nacionais, regionais e locais a apresentarem projectos tendentes à prevenção da exploração do trabalho infantil, aproveitando a sua experiência em iniciativas ligadas a esta camada etária.

Consideradas pelo secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, como «verdadeiras escolas de cidadania», as associações poderão elaborar projectos e submetê-los, até ao próximo dia 28 de Outubro, à apreciação de um júri composto por um representante do IPJ, do PEETI e do Instituto de Desenvolvimento Social.

Ao projecto vencedor de âmbito nacional será atribuído o valor de mil contos para desenvolvimento do mesmo, e 300 contos serão entregues aos projectos de âmbito distrital.

E porque «Há um Tempo para Aprender», os projectos vencedores terão de ser implementados no primeiro semestre de 2001.

JUVENTUDE

Guterres garante

MAIS 10 POUSADAS NOS PRÓXIMOS ANOS

O Governo vai construir nos próximos anos mais 10 pousadas de juventude e remodelar outras 13, disse no dia 14 o primeiro-ministro ao inaugurar a Pousada da Juventude de Abrantes.

As pousadas de juventude contribuem, no entender de António Guterres, para ajudar os jovens a conhecer melhor o seu País e combater tendências como a xenofobia e o racismo.

O intercâmbio internacional que elas proporcionam é «gerador de um conhecimento intercultural, de tolerância e da criação de condições que mais facilmente permitem que os jovens possam ser um instrumento motor no combate às referidas tendências», explicou.

Desde 1995, o Governo construiu 11 novas pousadas e remodelou 13, disse ainda o primeiro-ministro, que estava acompanhado pelo ministro Armando Vara e pelo secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes.

Estando a rede de pousadas até 1995 demasiado concentrada no litoral do País, o Governo decidiu apostar também no interior, frisou Guterres, recordando, no âmbito das políticas de juventude, o



lançamento recente do programa de incentivos aos jovens empresários e a publicação, em breve, de um decreto sobre a extinção do serviço militar obrigatório.

A nova pousada de Abrantes recém-inaugurada tem 80 camas distribuídas por 26 quartos, custou 532 mil contos e assenta num terreno que foi doado pelo município local.

Forte aposta no turismo juvenil

Desde 1995 foram construídas as pousadas do Porto, Almada, S. Pedro do Sul, Évora, Lisboa - Parque das Nações, Vila Nova de Foz Côa, Almogrove, Bragança, Viana do Castelo, Beja e Abrantes.

No mesmo espaço de tempo foram remodeladas nomeadamente as pousadas de Leiria, Sintra, Catalazete, Penhas da Saúde, Coimbra e Sines, disse o secretário de Estado da Juventude.

Quanto aos investimentos realizados pelo Governo no turismo juvenil foram de 4,8 milhões de contos nos últimos cinco anos e serão 9,3 milhões nos próximos seis, acrescentou Miguel Fontes.

EQUIPAMENTOS SOCIAIS QUALIDADE NAS RESPOSTAS



Estado gastou em 1998 111 milhões de contos para ajudar ao financiamento dos mais de nove mil equipamentos sociais existentes.

Dos 9607 equipamentos sociais existentes no continente 4018 pertencem ao Estado. Os restantes pertencem a associações (1.930), organizações religiosas e centros paroquiais (1.044), misericórdias (761), misericórdia de Lisboa (88) e outras entidades (630). Os restantes 1136 são privados com fins lucrativos.

Estes dados fazem parte da Carta Social que o Ministério do Trabalho e da Solidariedade apresentou publicamente, no passado dia 14, em Lisboa.

A maioria dos equipamentos existentes situam-se nos distritos de Lisboa (1908) e do Porto (1137), mas mesmo assim são insuficientes para fazer face às necessidades.

A Carta Social, que faz um levantamento exaustivo da rede de serviços e equipamentos sociais, garante que não existe nenhum concelho do continente sem equipamentos sociais, apesar de existirem 1027 freguesias nessa situação.

De acordo com o documento, isto não significa que as populações destas freguesias não tenham acesso a equipamentos sociais pois podem estar cobertas por equipamentos existentes em freguesias contíguas.



Dos equipamentos existentes em 1998, apenas 893 já existiam em 1974. Entre 1975 e 1985 foram criados 22,6 por cento do total de equipamentos existentes e entre 1986 e 1995 foram criados 45,7 por cento. Na segunda metade dos anos 90 o número médio anual de equipamentos novos era de 512.

Nos últimos quatro anos a que se refere o levantamento feito (até 1998), os equipamentos com menos de 15 anos representam 20 por cento do total.

O ano de 1997 foi aquele em que surgiu

maior número de equipamentos novos (556), seguido de 1998 (529).

A juventude dos equipamentos sociais é generalizada a todo o território embora atinja valores mais baixos nas áreas metropolitanas.

Os custos de funcionamento dos equipamentos sociais não lucrativos são suportados por acordos de cooperação, pela mensalidade paga pelo utente e pelas receitas das instituições.

Nos estabelecimentos públicos os acordos de cooperação são substituídos por

dotações orçamentais suportadas directa ou indirectamente pelo Orçamento de Estado. Nos estabelecimentos lucrativos a fonte de financiamento é o pagamento da mensalidade pelo utente.

Dos 111.095.716 contos gastos em 1998 pela Segurança Social com os equipamentos sociais a maior fatia foi para os relacionados com a infância e a juventude (58.165.421 contos), seguido dos dirigidos à terceira idade (38.415.888 contos).

Os equipamentos para a invalidez e reabilitação absorveram 9.307.598 contos e os para a família e comunidade 5.206.809 contos.

Em 1995 a segurança social tinha gasto 76.338.554 contos com os equipamentos sociais, em 1990 36.274.195 contos e em 1985 12.484.395 contos.

Segundo o ministro do Trabalho e da Solidariedade, a Carta Social, apresentada no seminário intitulado «Equipamentos sociais: Planear a qualidade das respostas», vai permitir introduzir melhorias significativas no planeamento dos investimentos a realizar.

«A Carta Social revela ainda o esforço que no nosso país tem vindo a ser feito por diversas instituições públicas, por entidades privadas de solidariedade e por empresas, no desenvolvimento de serviços sociais prestados às pessoas, às famílias e às colectividades», diz Ferro Rodrigues no prefácio do documento.

INAUGURADO EMISSÁRIO DO RIO LEÇA

O ministro do Ambiente, José Sócrates, inaugurou ontem a Estação Elevatória do Emissário do Leça, que completa o sistema de despoluição do troço deste rio no concelho de Matosinhos.

O emissário do Leça, com 19 quilómetros, vai permitir que os esgotos deixem de ser despejados no rio e sejam enviados para a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), já em funcionamento. O sistema de despoluição do troço final da bacia do Leça, até há poucos anos considerado um dos rios mais poluídos do País, envolveu um investimento total de 16,7 milhões de contos (83,5 milhões de euros), três milhões (15 milhões de euros) dos quais destinados ao emissário inaugurado.

Os restantes investimentos foram feitos na ETAR (1,2 milhões de contos/seis milhões de euros), exutor submarino (2,7 milhões/

13,5 milhões), emissários de Matosinhos, Senhora da Hora e Litoral Norte (dois milhões/10 milhões), regularização de ribeiros (2,3 milhões/11,5 milhões) e redes secundárias de drenagem (5,5 milhões/27,5 milhões).

A par da construção do emissário, foram recuperados cinco açudes que se encontravam parcial ou totalmente destruídos e replantada e reorganizada a flora nas margens do rio.

A Câmara de Matosinhos decidiu também criar duas zonas de lazer junto ao rio, nas imediações do Mosteiro de Leça do Balio e na Ponte do Carro, local que será visitado ontem por Sócrates.

A despoluição do Rio Leça nos concelhos de Valongo e Maia já está também concluída, faltando apenas o troço mais pequeno e menos poluído, junto à nascente, no concelho de Santo Tirso.

MINISTRO E JUNTAS DE FREGUESIA DEBATEM INSEGURANÇA

Doze juntas de freguesia de Lisboa reúnem-se hoje com o ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, para discutir o que afirmam ser a onda crescente de insegurança que preocupa o País, e em especial a capital. As juntas de freguesia de Lisboa pretendem, entre outras coisas, que cesse o encerramento de mais esquadras ou postos das forças de segurança, que haja mais policiamento nas ruas e que a PSP e a GNR sejam utilizadas em acções de apoio às populações e não como meios de repressão. Em representação das juntas de freguesia de Lisboa, vai estar presente na reunião uma comissão constituída pelos representantes das juntas de freguesia de Santa Maria dos Olivais, Santa Catarina, Santa Maria de Belém, Santos-o-Velho, Alto Pina, Alvalade, S. João de Deus, S. Mamede, Marvila, Charneca, Castelo e Alcântara. Para o efeito, 32 juntas de freguesia

realizaram, terça-feira, dia 18, uma reunião prévia onde se analisaram os diversos problemas de insegurança das várias zonas de Lisboa.

As opiniões dos representantes das juntas de freguesia são unânimes: enquanto estas situações se forem mantendo, a criminalidade e violência urbana vai alastrar impunemente.

A inadequação de todo o sistema judicial e prisional provoca um grande arrastamento dos processos judiciais e faz com que as forças policiais se sintam desmotivadas, o que leva as pessoas a descrever na acção do Estado.

Neste sentido, as Juntas de Freguesia de Lisboa já solicitaram também audiências aos ministros do Trabalho e Solidariedade, Ferro Rodrigues, e da Justiça, António Costa, para que a insegurança não se agudize e as populações possam ficar mais tranquilas.

NÚMERO DE NOVOS ALUNOS RONDA OS 48 MIL

O Ministério da Educação garantiu que «no ano lectivo de 2000-2001, os estabelecimentos de ensino superior público admitirão cerca de 48 mil novos alunos», dos quais 56 por cento no ensino universitário e 44 por cento no ensino politécnico.

Numa nota à Imprensa, datada de 14 de Julho, o ministério da 5 de Outubro refere que «o crescimento acumulado desde 1996 no ensino superior público já se cifra em 41 por cento», sendo de destacar que «na área da Saúde alcançou 66 por cento», assim distribuído: Medicina: 60 por cento; Medicina Dentária: 19 por cento; Enfermagem e Tecnologias da Saúde: 74 por cento.

Prossegue desta forma a concretização progressiva do objectivo constitucionalmente fixado de criar uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população, dando-se execução à política consagrada no Programa do Governo de alargamento da oferta do ensino superior público de qualidade e de eliminação do *numerus clausus*.

«No quadro do reforço da política de qualidade, foi reduzido o número de vagas das instituições — hoje já, felizmente, em número diminuto — que admitem candidatos com a classificação zero nas provas de ingresso», diz o documento.

Ainda de acordo como o texto, «para o ano lectivo de 2000-2001, e sem prejuízo da concretização das políticas de consolidação, relevância e promoção da qualidade, o crescimento das vagas no ensino superior público é, em termos globais, de 4 por cento». Destaque-se que, na área da Saúde, este crescimento é de, respectivamente: 30 por cento em Medicina, 35 por cento em



Evolução das vagas no ensino superior público

Ensino	Vagas em 1999	Vagas em 2000	Crescimento 1999->2000	Crescimento acumulado desde 1996
Universitário	25946	26839	3,4%	29%
Politécnico	20297	21232	4,6%	59%
Total	46243	48071	4%	41%

Fonte: Direcção de Serviços de Apoio Técnico da Direcção-Geral do Ensino Superior

Medicina Dentária e 16 por cento em Enfermagem e Tecnologias da Saúde.

Cursos de Medicina com 735 vagas

As faculdades de Medicina de Lisboa, Nova de Lisboa, Porto e Coimbra têm, para este ano lectivo, um total de 735 vagas, mais 169 do que em relação ao ano passado.

Este número inclui também o curso de medicina do Instituto Superior de Ciências Biomédicas do Porto, que tem este ano 90 vagas. Na faculdade de Medicina de Lisboa — onde a nota do último aluno colocado na primeira fase em 1999 foi de 185,8 (numa escala de 0 a 200) — são 185 as vagas disponíveis.

Também em Lisboa, mas na Universidade Nova, os alunos que pretendem concorrer a este estabelecimento de ensino poderão contar com 145 vagas, mais 25 em relação a 1999, ano em que o último aluno colocado na primeira fase tinha 185 de classificação. Na Faculdade de Medicina do Porto — onde o último colocado em 1999 tinha uma nota de 188,5 —, estão disponíveis 165 vagas, mais 40 do que em relação ao ano passado.

Em Coimbra, são 150 as vagas disponíveis para este ano.

Ainda na área da Medicina, existem os cursos de medicina dentária e medicina veterinária que não registam aliás um grande aumento no número de vagas.

No que respeita ao curso de Enfermagem o número de vagas disponíveis para este ano é ao todo 1460 distribuídas pelas várias escolas do País.

Em alguns destes cursos de enfermagem as vagas existentes apenas permitirão a entrada dos alunos que a elas concorrem em Abril de 2001.

MUDANÇA DE MINISTRO NÃO AFECTARÁ PROJECTO

A presidente da Sociedade Porto 2001, Teresa Lago, disse, no Porto, que a mudança do ministro da Cultura não afectará o desenvolvimento do projecto.

«Este é um projecto nacional e, como tal, continuará o seu desenvolvimento normal independentemente de quem esteja no Ministério da Cultura», disse.

Entretanto, Teresa Lago encontrou-se com o novo ministro, José Saspportes, para lhe dar conhecimento do andamento do projecto.

Teresa Lago falava na sede da Porto 2001, à margem da cerimónia de assinatura do protocolo de colaboração entre aquela sociedade e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Norte.

Este protocolo tem como objectivo o



desenvolvimento de uma parceria no sentido de que nas obras de requalificação urbana sejam permanentemente observadas por todos os trabalhadores as normas de segurança, higiene e saúde no trabalho. O presidente do sindicato, Albano Ribeiro, afirmou que este «acordo de parceria», semelhante ao já assinado com a empresa do Metro do Porto e a outros que aquela estrutura sindical pensa firmar com responsáveis por outras grandes obras no Norte do País, tem como finalidade última «garantir que as obras do Porto 2001 não fiquem manchadas por qualquer acidente de trabalho grave».

«Muitos acidentes serão sem dúvida evitados graças a este acordo», afirmou o sindicalista, que se comprometeu a que, «sempre que em qualquer obra da Porto

2001 for detectada qualquer situação anormal no capítulo da segurança no trabalho, a primeira entidade a ser contactada será a Sociedade Porto 2001».

Teresa Lago considerou que «ter uma parceria com o sindicato é para a Porto 2001 um importante apoio para assegurar que não haja acidentes de trabalho».

O acordo obriga a Sociedade Porto 2001 a estruturar a sua equipa de gestão geral do projecto de forma a assegurar que todas as suas obras sejam cumpridas as normas legais em vigor no capítulo da segurança, higiene e saúde no trabalho.

Por sua vez, o sindicato obriga-se a colaborar acompanhando as obras e a assistir à Sociedade Porto 2001 no sentido de garantir o melhor cumprimento da legislação de segurança no trabalho.



Albufeira

Câmara oferece viagens de avião a crianças

As crianças do Jardim-de-infância de Albufeira fizeram uma viagem de avião Faro/Lisboa, a que se seguiu um passeio de barco no Tejo, com regresso de comboio ao Algarve.



A iniciativa inseriu-se no âmbito de um projecto pedagógico intitulado «Os meios de transporte e respectivas profissões», que tem por objectivo proporcionar às crianças um passeio em diversos meios de transporte, de forma a possibilitar-lhes um contacto mais directo com as profissões a eles ligadas.

Recorde-se que durante o presente ano lectivo, o município de Albufeira patrocinou o projecto em que participaram todas as escolas pré-primárias do concelho, num total de 400 crianças.

I Gala do Desporto Distrital

A Câmara de Albufeira deliberou atribuir um subsídio no valor de mil contos, para a realização, em Albufeira, da I Gala do Desporto Distrital.

O evento, que vai ser organizado pela ARCOS, tem por objectivo promover a prática e o fomento do desporto.

Cascais

Autarquia cede autocarros a juntas de freguesia

A Câmara Municipal de Cascais entregou quatro autocarros de transporte de passageiros às juntas de freguesia de Alcabideche, Cascais, Carcavelos e São Domingos de Rana, que irão permitir apoiar as actividades de carácter social, desportivo e cultural desenvolvidas por estas autarquias.

Estes autocarros, com capacidade para 27 pessoas cada, representam um investimento de mais de 52 mil contos, e surgem no quadro da colaboração que a Câmara de Cascais está a desenvolver com as juntas de freguesia do concelho e que visa descentralizar competências, permitindo melhor rapidez e eficácia no apoio às actividades desenvolvidas no município.

Ferreira do Alentejo

Jogos Desportivos 2000

Terminaram no dia 14 de Julho os Jogos Desportivos 2000 do Concelho de Ferreira do Alentejo, uma organização da autarquia local, presidida pelo socialista Luís Arneixa. Estes Jogos tiveram início a 24 de Maio, englobando 19 modalidades desportivas, e participaram cerca de 1100 atletas.



Andebol, atletismo, bilhar, caminhada, futebol de cinco, futebol de sete, snooker, ténis de campo, ténis-de-mesa e xadrez foram algumas das modalidades desportivas.

Loulé

Biblioteca municipal vai custar 400 mil contos

A nova Biblioteca Municipal de Loulé, um investimento orçado em cerca de 400 mil contos (dois milhões de euros), deverá ficar concluída no primeiro trimestre do próximo ano, anunciou a autarquia.



A obra vai ser financiada em partes iguais pela Câmara Municipal de Loulé e pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

Localizada na zona central da cidade, junto ao Tribunal Judicial, a nova biblioteca pretende vir a ser o embrião de uma rede de bibliotecas a criar no concelho.

Repartida por três pisos, a Biblioteca Municipal de Loulé vai dispor de um depósito de conservação e difusão de livros, uma sala polivalente com capacidade para uma centena de pessoas e várias salas de leitura e de multimédia.

A zona de biblioteca vai ser equipada com 720 metros de estantes para o sector de

adultos e 300 metros para o infantil.

A Câmara Municipal de Loulé procedeu, entretanto, à aquisição de documentos diversos, no valor global de 15 mil contos (75 mil euros), destinados a um fundo mínimo inicial previsto no âmbito do projecto, constituído por cerca de 34 mil livros e três mil peças audiovisuais que incluem CD-Roms, DVD e cassetes de vídeo.

A autarquia pretende que a futura biblioteca municipal seja muito mais do que um mero «depósito de livros» para consulta e empréstimo, daí querer tornar o espaço «vivo, dinâmico e interventivo», ao serviço da comunidade.

Matosinhos

Câmara promove actividades nas praias

A Câmara Municipal de Matosinhos promove em Julho, Agosto e Setembro um conjunto de actividades desportivas na praia, com o objectivo de proporcionar à população o contacto com vários desportos.



Inserida nesta iniciativa está a oitava edição do torneio de praia «Cidade de Matosinhos», que decorre repartida por três etapas nas praias do Marreco, de 14 a 16 de Julho, Fuzelhas, de 21 a 23, e Leça da Palmeira, de 26 a 28.

De 10 a 13 de Agosto estará ao dispor da população o maior parque de insufláveis de futebol da Europa, ocupando uma área de cerca de 300 metros quadrados, que poderá ser experimentado por quem o solicitar.

O torneio de futebol de praia «Costa Atlântica» decorrerá de 28 de Agosto a 3 de Setembro, no areal de Leça da Palmeira, numa iniciativa que agrega as Cidades de Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Matosinhos.

A ocupação de tempos livres e a promoção de férias desportivas é a proposta apresentada pela autarquia matosinhense, em colaboração com várias dezenas de associações do concelho, que irão proporcionar mais de 50 actividades diferentes.

Ténis, futsal, futebol de cinco, futebol, vela, andebol, xadrez, kung-fu, equitação, mergulho desportivo, bilhar, voleibol, trampolins, aeróbica e atletismo, são algumas das disciplinas propostas.

O programa de actividades inclui ainda a realização de campo de férias, ateliers de esmerna, globan, jogos teatrais, máscaras de gesso, iniciação à fotografia,

audiovisuais, construções na areia, arte circense e reciclagem de papel.

Sintra

Posto de leitura em férias

A Câmara Municipal de Sintra tem à disposição da população um posto de leitura no Jardim da Portela de Sintra, até ao dia 4 de Setembro, funcionando de segunda a sexta-feira, das 10 às 18 horas, e aos sábados, das 16 às 19 horas.

Ali se encontram livros, revistas e jornais, para leitura no local, bem como jogos, passatempos e «ateliers» de expressão plástica.



Assim, com esta iniciativa, a autarquia promove o livro e a leitura em época estival, altura em que a frequência das bibliotecas municipais diminui.

Esta acção integra-se no projecto «Biblioteca de Jardim» e conta com a colaboração da Junta de Freguesia de Stª Maria e São Miguel

Vila Real de S. António

Praias de Monte Gordo com águas de boa qualidade

As principais águas da baía de Monte Gordo apresentam águas classificadas com «boa qualidade», após análises efectuadas pelo Laboratório de saúde Pública do administração Regional de Saúde do Algarve.



Com vista a garantir a sustentabilidade da qualidade do ambiente da baía de Monte Gordo a longo prazo, a autarquia de Vila Real de S. António, associada à sua congénere de Castro Marim, tem em curso um plano de investimentos de cerca de três milhões de contos, com a construção de um novo sistema de condução e tratamento de esgotos.

PS EM MOVIMENTO

ALGARVE

Vairinhos critica Apolinário

O deputado europeu Joaquim Vairinhos considerou que o camarada José Apolinário «não tem capacidades para ser líder do PS/Algarve», defendendo no entanto que ele deve permanecer no cargo até às autárquicas de 2001.

Falando num encontro com os jornalistas, o ex-presidente da Câmara Municipal de Loulé desafiou o actual secretário de Estado das Pescas a envolver-se na luta autárquica, candidatando-se a um município da região.

«José Apolinário deve assumir essa luta, apresentando-se como candidato a uma pequena, média ou grande câmara em que o PS não tenha a maioria», sublinhou Joaquim Vairinhos, garantindo que, por seu turno, está disponível para se candidatar nessas circunstâncias.

«Há seis meses, estaria de acordo em que ele se fosse embora, mas não estou de acordo que ele saia agora, a doze meses da apresentação das listas para as eleições de Outubro de 2000», disse.

«Porque é que José Apolinário, a um ano das eleições autárquicas, se vai embora?», questionou, afirmando que o actual presidente «não pode ser premiado e passar responsabilidades a outro».

Em seu entender, não faz sentido que uma nova liderança «seja julgada e eventualmente condenada por não ter preparado convenientemente a estratégia autárquica», sem ter tido tempo para o fazer de raiz.

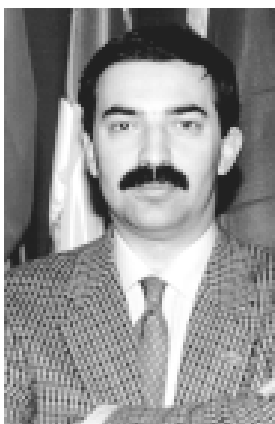
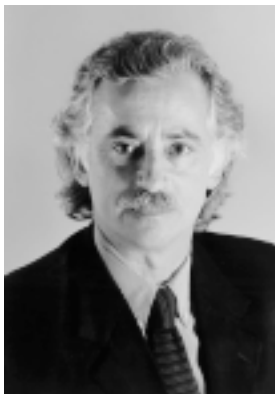
«Não há debate e reflexão política no PS/Algarve», asseverou, sublinhando a carência de tomadas de posição e documentos que reflectam as opiniões dos militantes sobre os assuntos candentes da actualidade nacional e regional.

Apolinário responde a Vairinhos

O presidente do PS/Algarve, camarada José Apolinário, afirmou no dia 15 que não tem «paciência, nem pachorra» para os debates sobre filosofia política protagonizados pelo seu camarada de partido Joaquim Vairinhos. «Não tenho paciência nem pachorra para debates sobre filosofia política. A minha filosofia é o programa do Partido Socialista e, com ele, quero ajudar a resolver os problemas das pessoas», sustentou, precisando que «Joaquim Vairinhos está interessado em fazer filosofia política».

José Apolinário respondia desta forma ao deputado europeu, que o acusou de não ter capacidades para ser líder do PS/Algarve, defendendo no entanto que ele deve permanecer no cargo até às autárquicas de 2001.

«Não me apanham a ajudar candidatos do PSD às autárquicas», disse o líder do PS/Algarve sobre a questão, sublinhando que centrará todos os esforços nas eleições autárquicas de 2001.



ALVERCA DO RIBATEJO

Boletim da Secção

Saiu mais um número do «Elo», órgão de informação do Secretariado da Secção de Alverca do PS.

Trata-se de um boletim com excelente aspecto gráfico e contendo uma completa informação sobre as iniciativas realizadas pela Secção e a actividade dos autarcas socialistas.



LEIRIA

José Miguel Medeiros recandidata-se

O presidente da Federação de Leiria do PS, José Miguel Medeiros, anunciou no dia 14 oficialmente a sua recandidatura ao cargo.

O camarada José Miguel Medeiros defendeu que «o trabalho realizado nos últimos dois anos», enquanto líder da federação, permite-lhe fazer «um balanço positivo» pelo que a recandidatura «é uma opção natural».

Para este dirigente socialista, «apesar de algumas dificuldades decorrentes sobretudo de uma certa cultura de conflitualidade interna, muito características do PS no distrito», foi possível gerir o trabalho eleitoral no último mandato «com a participação de todos os militantes».

José Miguel Medeiros anunciou a sua recandidatura um dia depois de José Pereira da Silva se ter apresentado como seu rival nas próximas eleições internas.



Partido plural

Não querendo comentar a candidatura de Pereira da Silva, José Miguel Medeiros argumentou que o PS «é um partido plural», mostrando-se satisfeito com a presença de um opositor nas próximas eleições que deverão ocorrer nos meses de Setembro ou Outubro.

«É necessário que a Federação possa desenvolver o seu trabalho com a tranquilidade e a coesão necessárias para enfrentar os difíceis combates políticos», sustentou, defendendo a união do partido além do momento eleitoral.

José Miguel Medeiros assumiu ainda o compromisso de trabalhar para «conduzir Jorge Sampaio a um novo mandato presidencial, essencial para a estabilidade política e social do País».

O líder da federação prometeu, caso seja reeleito, combater as assimetrias e contribuir para «o desenvolvimento equilibrado e harmonioso do distrito e a afirmação definitiva de Leiria no contexto nacional e internacional».

SETÚBAL

Alberto Antunes recandidata-se

O governador civil de Setúbal, camarada Alberto Antunes, anunciou na passada segunda-feira a recandidatura ao cargo de presidente da Federação Distrital do PS.

Alberto Antunes estabeleceu como objectivo de um terceiro mandato à conquista de mais autarquias à CDU nas próximas eleições autárquicas.

«Quero aumentar substancialmente o número de câmaras socialistas no distrito», disse na segunda-feira Alberto Antunes numa conferência de Imprensa em que teve a seu lado os três presidentes de câmaras socialistas no distrito - Mata Cáceres (Setúbal), Maria Amélia Antunes (Montijo) e Amadeu Penim (Sesimbra).

O actual presidente da Federação Distrital de Setúbal elogiou a intervenção dos três autarcas nas questões de Ordenamento e do Ambiente ao considerar que demonstraram uma qualidade de gestão muito superior à que tem sido evidenciada pelas restantes dez autarquias, de maioria CDU, no distrito de Setúbal.

Alberto Antunes elogiou também o trabalho desenvolvido pelo Governo socialista na diminuição da taxa de desemprego no distrito e a aposta nos projectos de desenvolvimento do porto de Sines e construção da barragem do Alqueva.

Garantiu que o Governo está empenhado na procura de uma nova solução que permita a viabilização dos estaleiros navais da Lisnave e denunciou uma alegada «campanha programada e orquestrada» para desacreditar o Governo e o primeiro-ministro, António Guterres.

Candidatura consensual

Teoricamente ainda é possível o aparecimento de outras candidaturas, mas tudo indica que Alberto Antunes será o único candidato nas próximas eleições para a Federação Distrital de Setúbal, dado que reúne o apoio dos três presidentes das câmaras socialistas do distrito, dos deputados eleitos por Setúbal e das principais estruturas concelhias do partido.

«Julgo que é uma candidatura consensual e com condições para um trabalho de mobilização dos socialistas para a batalha das eleições autárquicas», admitiu Alberto Antunes.

ENSINO

Augusto Santos Silva*

CONHECER E SALVAGUARDAR O PATRIMÓNIO ESCOLAR PORTUGUÊS



O processo de implantação das «escolas primárias», por todo o território nacional, constituiu uma etapa fundadora do sistema educativo que nos tem cumprido desenvolver. Claro que, hoje, um quarto de século passado sobre a revolução democrática do 25 de Abril de 1974, a distribuição, pelo País, de um serviço público de educação coloca-se em termos bem diferentes daqueles em que ocorreu aquele processo. Agora trata-se de garantir a universalidade do acesso à educação pré-escolar e a um ensino básico composto por três ciclos de estudos ligados entre si; e de avançar decididamente na generalização do ensino secundário, nas suas diversas vias, consolidando, ao mesmo tempo, a rede do ensino superior. As necessidades são outras, como são outros os projectos e as metas. Mas nenhum futuro se constrói sem a noção precisa do que devemos ao passado e sem a utilização criteriosa dos recursos que o passado nos legou. O esforço de dotação de Portugal com uma rede capilar das então chamadas «escolas primárias» marcou a segunda metade do século XIX e grande parte do século XX; e nele se destacaram quer a vontade mecenática de certas individualidades, quer a aposta política de governos (mais progressiva e educacionista a da Primeira República, mais retráida e sinuosa a da Ditadura), quer a qualidade e o impacto dos projectos arquitectónicos. Ora, muitas das denominadas escolas primárias históricas, anteriores a 1950, e construídas segundo os diversos planos (ou seja, as chamadas Escolas Conde

Ferreira, dos anos 1860 a 1880, as Escolas Adães Bermudes, de 1902 a 1912, as Escolas da República e as Escolas dos «Projectos Antigos», até 1935, as Escolas Raul Lino e Rogério de Azevedo, da segunda metade dos anos 30, e as Escolas dos Centenários, dos anos 1940), encontravam-se e encontram-se desqualificadas, seja por abandono, seja por dificuldade, técnica ou financeira, de proceder às indispensáveis obras de conservação e readaptação. Foi para dar um novo impulso à consciência do valor patrimonial das escolas históricas e à acção prática no sentido de as defender, adequando-as aos novos usos e métodos educativos, que o então Secretário de Estado Guilherme d'Oliveira Martins lançou, em 1997, o Programa de Preservação e Salvaguarda do Património Escolar Português. É um programa aberto, dirigido às Câmaras Municipais, que são, como se sabe, as entidades públicas com competência em matéria de construção, conservação e apetrechamento das instalações escolares do 1º ciclo do ensino básico. Ele traduz-se no apoio técnico prestado pelos serviços do Ministério da Educação e na comparticipação financeira nos custos da intervenção para a salvaguarda, numa proporção que pode chegar aos 60 por cento do total do investimento, a ser suportada pelos orçamentos das Direcções Regionais de Educação. O acesso ao programa faz-se através de candidaturas, avaliadas por um júri nacional. No decurso do processo de avaliação, tem lugar um diálogo técnico entre os proponentes, a administração e o júri.

Ao abrigo do Programa, foram já concluídas onze obras de intervenção em escolas primárias históricas, readaptando-as às necessidades e regras actuais, quer da educação pré-escolar, quer do ensino do 1º ciclo. Outras obras encontram-se em curso. E umas dezenas de candidaturas estão aprovadas e homologadas. Sendo clara a finalidade do Programa, deve ser também clara a noção dos seus objectivos e alcance. Não se trata de um financiamento a todas as obras de intervenção sobre edifícios escolares, mas sim do apoio específico à intervenção patrimonial sobre edifícios de valor histórico. Obedece a preocupações estritas de rigor formal e respeito patrimonial, que tornam indiscutivelmente exigentes os requisitos a cumprir, quer nas candidaturas, quer na execução. Tem um alcance eminentemente demonstrativo, procurando ilustrar na prática a vantagem do empenhamento na salvaguarda e na reutilização do património, recusando a sua descaracterização. É, pois, um Programa para ser gerido com prudência e sentido da medida. Mas não deixa de ser por isso uma concreta lição pedagógica sobre esse dever de todos que é defender e respeitar o património. Conjugue-se, aliás, com outras iniciativas. Na freguesia de Válega, concelho de Ovar, e na freguesia de Marrazes, concelho de Leiria, o entusiasmo de professores e comunidades levou à organização de pequenos «museus escolares». Eles cumprem o duplo fim essencial de reunir, classificar e conservar materiais pedagógicos e educativos do passado e mostrar-los sistemática e apelativamente à

visita e fruição pública. Outros museus estão em perspectiva. Os catálogos das exposições que têm sido realizadas sobre o património escolar constituem, também, elementos de referência para o seu conhecimento e salvaguarda. Refiro-me, em especial, às obras *O Passado da Escola*, o *Futuro do Ensino*, co-editada em 1990, pelo Ministério da Educação e as Edições Asa; e *Escolas-Memória e Realidade*, concebida e editada na Direcção Regional de Educação do Centro (Coimbra, 2000). Portanto, caro(a) leitor(a): agora que as férias se aviznam, porque não convidar a família e os amigos a visitar também os sítios patrimoniais da Educação portuguesa? Porque não admirar a bellissima Escola da Avenida, em Viana do Castelo, fruto da recuperação arquitectónica e pedagogicamente exemplar do edifício histórico da «primária»? Porque não percorrer, com curiosidade e vagar, as salas do Museu Escolar de Válega? E ver as outras obras, concluídas ou em curso, do Programa de Preservação e Salvaguarda, em Serpa, no Pinheiro Grande, concelho da Chamusca, no Espinhal, concelho da Penela, em Urró, Penafiel, etc., etc.? Ou visitar o Museu de Marrazes? Ou folhear atentamente os testemunhos documentais que o amor e o profissionalismo de muitos vão organizando, acerca do nosso património escolar? Também assim acarinhemos a Escola. E não é essa a melhor maneira de cuidar do seu futuro?

*Secretário de Estado da Administração Educativa

SISTEMA POLÍTICO

Manuel Almeida

É IMPERATIVO REFORMAR



As reformas do sistema político português provocam alguns sobressaltos aos aparelhos partidários e os apelos constantes do Presidente da República às referidas reformas acabaram por encontrar grande ressonância junto dos meios políticos e da sociedade civil. É uma realidade o actual «marasmo» do sistema político português; a descrença no político atinge proporções preocupantes. Este estado de coisas poderão a prazo pôr em causa o próprio sistema democrático e republicano. O desfasamento entre a classe política e o cidadão comum é notório; vejamos a galopante abstenção nas recentes eleições e referendos. A discrepância e o descrédito entre as instituições e a sociedade civil,

leva-me a pensar que sem uma reforma de fundo e em particular que incida sobre a problemática das escolhas dos futuros eleitos, da liberdade de candidaturas, de uma maior aproximação entre o eleitorado e o eleitor, a recusa de candidaturas imorais, eleitos parecendo mais preocupados com as datas das prescrições judiciais do que servir verdadeiramente a causa pública. Estes efeitos perversos não ajudam seguramente a sociedade civil a retomar a confiança no sistema político português. O Parlamento numa democracia deve ser a instituição farol e o local de constante debate democrático, livre e onde a discussão e análise dos verdadeiros problemas do país, seja a preocupação principal. O Parlamento não pode continuar

a ser uma «caixa de registo» das vontades deste ou daquele governo, sem capacidade de fiscalização da vida pública e as leis por si votadas, não podem esperar longos prazos para serem implementadas face à «greve das gavetas» de uma certa função pública estática e burocratizada (exemplo: o estatuto dos funcionários consulares). Se pretendemos readquirir a confiança da população e redobrar o interesse pela coisa pública, temos que ousar, dar o poder aos cidadãos, escutar permanentemente a sua voz, e os seus anseios, dar rápida solução aos problemas dos mais carenciados em particular dos reformados e dos jovens à procura do primeiro emprego, facilitar o acesso a um serviço de saúde de

qualidade, criar as condições para uma inserção digna dos portugueses residentes no estrangeiro no seio da sociedade portuguesa, reconhecer a sua plena cidadania, renovar o Estado, acabar com a aberração do sistema fiscal, impor uma maior transparência das instituições, reforçar o poder do Parlamento e inventar novos critérios para que os políticos eleitos estejam acima de qualquer suspeição, sejam um exemplo para aqueles que vão representar e que os aparelhos partidários compreendam finalmente que para ajudar ao desenvolvimento do espírito crítico dos portugueses é imperativo perder algumas das suas prerrogativas no momento da escolha dos homens que se disponibilizarão para trabalhar em prol do bem comum.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Artesanato em Albufeira

A Feira de Artesanato, que se realiza de 22 a 30 de Julho, conta este ano com a presença de cerca de duas dezenas de artesãos do concelho, alguns deles a trabalhar ao vivo.

A mostra decorre todas as noites, entre as 20 e as 24 horas, no largo Duarte Pacheco. Rendas, sapatos de ouro, doçaria, cerâmica e pintura decorativa são algumas das áreas presentes no certame.

Na iniciativa participam ainda a Associação de Artesãos do Algarve e a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, que vão apresentar os seus *ateliers* de tecelagem, doçaria regional e cerâmica.

Guitarra em Cascais

O guitarrista Fabio Zanon vai recriar algumas peças brasileiras tradicionais da autoria de Mignone, Nobre, Krieger, Faria, Miranda, Campos e Villa-Lobos, esta terça-feira, dia 25, pelas 21 e 30, no Salão Atlântico do Hotel Palácio, no Estoril.

Até ao dia 27 de Agosto estará patente ao público, no novo Centro Cultural de Cascais, a exposição «Júlio – Antologia de Percurso Poético», no âmbito da qual poderão ser apreciadas 64 originais do pintor, datados de 1926 a 1978.

A mostra poderá ser visitada, de terça-feira a domingo, entre as 12 e as 19 horas.

Música em Coimbra

A cantora Lúcia Moniz actua hoje, às 22 horas, na Praça 8 de Maio.

Amanhã, pelas 21 e 30, assista, na Igreja de São Tiago à apresentação do Coro de Câmara de La Vienne.

Uma hora mais tarde, o Grupo Folclórico de Coimbra animará a Praça Velha.

«AmarAmargem» é um projecto que reúne músicos com percursos muito diversificados, cruzando influências da música popular, coral e clássica com jazz. Se quiser conhecer o agrupamento que lhe dá corpo, então vá vê-lo e ouvi-lo à Praça 8 de Maio, na próxima quarta-feira, dia 26, pelas 22 horas.

Noites musicais em Faro

A autarquia farense promove, até ao dia 17 de Setembro, um programa de animação musical das noites de fim-de-semana. Os espectáculos realizam-se na Arcada, a partir das 21 e 30.

Assim, amanhã, sexta-feira, veja a actuação do agrupamento Pentágono. No sábado, dia 22, terá oportunidade de ver e ouvir os Pedra de Água, um grupo de música tradicional portuguesa originário de Famalicão.

Sevilhanas em Faro

Este fim-de-semana (dias 21, 22 e 23) realiza-se, no Vale das Almas, a IX

Concentração de Motos, organizada pelo Moto Clube farense – «Bike Show».

O «Auto das Andanças» é a peça teatral que poderá apreciar, este sábado, dia 22, a partir das 22 horas, no Largo de São Francisco.

O Faroshopping será palco, no dia 25, pelas 21 e 30, de uma «Noite Espanhola», um espectáculo a cargo do grupo de sevilhanas Las Salinas.

Dança em Guimarães

No âmbito da Semana da Dança vimaranense, veja amanhã, pelas 22 horas, o espectáculo dos Bird Theatre Company, no Largo da Oliveira.

Um espectáculo de fado tradicional preencherá o serão de sábado, dia 23, a partir das 21 e 30, no Carramão Café-Concerto. As interpretações estarão a cargo de Amável carneiro (guitarra), Manuel Reis (viola) e Liana e Magina Pedro (vozes).

A Semana do Humor chega esta terça-feira, às 22 horas, à Praça de São Tiago com o show «As Bodas de Cândida», a cargo do Teatro Regional da Serra de Montemuro.

O filme «Missão Impossível 2» será exibido, na sala do Cinema São Mamede, até à próxima quinta-feira, dia 27, em duas sessões diárias.

Teatro em Lisboa

As escravas que de canastra à cabeça limpavam as ruelas imundas pelas sujidades domésticas são parte do quotidiano da Lisboa Quinhentista que se pode ver na exposição patente nos Paços do Concelho.

Até ao dia 20 de Outubro, a mostra «D. Manuel, o Foral e Lisboa» tenta recriar o que era o quotidiano alfacinha no final do século VX e início do século XVI, conciliando a documentação escrita e pictórica com a documentação arquitectónica e arqueológica.

Está em cena, até ao fim do mês, no Teatro Taborda, a peça «Salomé», de Oscar Wilde, com encenação, dramaturgia, tradução e adaptação de Mário Trigo. Os espectáculos realizam-se de quinta a sábado, às 22 horas, e aos domingos, pelas 17 horas.

Concerto

IV Gala de Verão

DULCE PONTES

21 de Julho, 20h30
Hotel Sheraton, Albufeira

Desenhos na Lousã

Participe amanhã na cerimónia inaugural da mostra «Pintura de Pinho Diniz, que permanecerá em exibição, até 14 de Agosto, na sala de exposições temporárias do Museu Municipal.

Amanhã estreia nas salas de espectáculos da cidade o filme «Magnólia».

A mostra de desenhos «A Preto e Branco», de José Neves, encontra-se patente ao público, até ao dia 14 de Agosto, no átrio da Biblioteca Municipal.

Cantares em Montemor-o-Velho

A animação do espaço do Castelo prossegue, este domingo, dia 23, a partir das 17 horas, com a actuação do Rancho Folclórico da Associação Cultural Desportiva e Recreativa das Meãs do Campo.

Uma hora mais tarde será a vez do Grupo de Danças e Cantares da Associação Recreativa e Cultural 3 de Maio subir ao palco.

Lazer em Paredes de Coura

A animação própria do Verão chegará em força à cidade, na terça-feira, dia 25, a partir das 22 horas, com o programa Associação Cultural de Ferreira.

Festival em Portimão

A VIII Volta ao Algarve em Vela Cruzeiro decorre a partir de hoje e até domingo, numa organização do Clube Naval.

No sábado haverá um Festival da Canção Infantil no Auditório Municipal. Trata-se do «Chaminé d'Ouro».

Conferência no Porto

«A Música e o Espectáculo Musical» é tema da conferência que Francisco José Monteiro dará no sábado, dia 22, na Casa de Serralves, entre as 17 e as 19 horas, no âmbito do encerramento do ciclo «Artes do Século XX».

Um concerto em torno de George Crumb é a sugestão para domingo, no Auditório Serralves, a partir das 21 e 30.

As obras de Javier Alvarez, Christian Wolf, George Crumb e António Pinho Vargas serão interpretadas por Pedro Burmester e Fausto Neves ao piano, bem como por Miguel Bernat e Drumming, na percussão.

Pintura em Sintra

A mostra do pintor Augusto Patrão espera pela sua visita, até ao dia 9 de Agosto, na Galeria Municipal do Museu Regional de Sintra, de terça a sexta-feira, entre as 12 e as 14 horas, e aos sábados e domingos, das 14 e 30 às 19 horas.

SUGESTÃO

Torga + Valle

«Terra Firme», de Miguel Torga, é a peça que o Teatro Experimental de Cascais leva à cena, em antestreia, quinta-feira, dia 27, pelas 21 e 30, no Cine-Teatro Alves Coelho, em Arganil.

Com encenação de Carlos Avilez e interpretação de um elenco de jovens e empenhados actores, «Terra Firme» voltará ao palco do Alves Coelho dois dias mais tarde – sábado –, à mesma hora, para a sua estreia pública.

No mesmo dia (29 de Julho) realizar-se-á o lançamento de «Torga – O bicho religioso», um livro da autoria do camarada Carlos Carranca, poeta, ensaísta, animador cultural, docente e colaborador do nosso jornal.

A apresentação da obra estará a cargo de António Amat e decorrerá, a partir das 18 e 30, no Auditório Municipal.

Estes dois eventos inserem-se no âmbito de um espectáculo de homenagem ao camarada Fernando Valle, presidente honorário do PS, no seu centésimo aniversário.

Com apoios do Ministério da Cultura, Câmara Municipal de Cascais e Junta de Turismo da Costa do Estoril, e com a colaboração da Câmara Municipal e da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, «Terra Firme» e «Torga – O bicho religioso» prometem momentos de utopia, inspirados, como não podia deixar de ser, no percurso de militância pela liberdade, solidariedade e fraternidade que enquadra a vida do nosso Fernando Valle.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Cognac!...

VEM, MEU COGNAC, meu
licor d'amores!...

É longo o sono teu dentro do frasco;
Do teu ardor a inspiração brotando
O cérebro incendia!...

Da vida a insipidez gostoso adoças;
Mais val um trago teu que mil grandezas;
Suave distração – da vida esmalte,
Quem há que te não ame?

Tomado com o café em fresca tarde
Derramas tanto ardor pelas entranhas,
Que o jó proveito renascer-lhe sente
Da mocidade o fogo!

Cognac! – inspirador de ledos sonhos
Excitante licor – de amor ardente!
Uma tua garrafa e o *Dam Quixote*,
É passatempo amável!

Que poeta que sou com teu auxílio!
Somente um trago teu m'inspira um verso;
O copo cheio o mais sonoro canto;
Todo o frasco um poema!

Machado de Assis

In «Obra Completa»



DEBATE POLÍTICO

Não sou totalmente ingénuo e, por isso, sei bem que as questões de debate político acabam sempre por se transformar em plataformas de consolidação ou de redistribuição do poder. Seja no âmbito interno dos partidos, seja no contexto da disputa política nacional, ou seja mesmo no quadro da reforma das instituições comunitárias. Quem reclama o debate fá-lo, normalmente, porque quer ascender ao poder; quem recusa o debate, fá-lo, porque julga ser essa a forma mais eficaz de conservar o poder. Contudo, o debate político, entendido como o confronto de ideias e de opiniões, é absolutamente essencial ao reforço da democracia e à consolidação das instituições. Entre fazer ou não fazer o debate político (qualquer que seja a sua motivação) a opção deve ser, indiscutivelmente, a favor da sua realização. É aliás este o dever da oposição que tem

de defrontar o poder com a força dos seus argumentos e a bondade das suas soluções. Só que o debate político, como tudo na vida, deve fazer-se com regras. Regras que assentem, na verdade do que se diz, na razão do que se reclama e, nomeadamente, no respeito devido à dignidade de quem se contesta. Está instalado no País um debate sobre a segurança dos cidadãos. A este debate aderiram os partidos, os órgãos da comunicação social e, de uma maneira geral, os cidadãos comuns. Pouco importa sobre se os termos em que o debate se coloca, tem ou não alguma adesão à realidade. Tenho para mim que, mau grado todos os alarmismos e imprecisões do retrato real da sociedade portuguesa, não há verdadeiramente em Portugal (mesmo nas nossas grandes cidades) um problema de segurança. Só que esta não é a questão, pois como sabem o discurso político, mesmo ao

nível mais elevado é, normalmente, exagerado. O que me impressiona é o aproveitamento que a questão da segurança está a ter, para prosseguir um objectivo claro de «assassinato político» do actual Ministro da Administração Interna. Como se a questão da segurança fosse apenas uma questão do Ministério da Administração Interna. Sei bem como estas operações se montam; conheço o perfil das complicidades que se associam; identifico a rede e os interesses que as sustentam. Eu próprio já a senti na pele e, sobretudo, na minha dignidade pessoal. Por isso me revolta e me revolto sinceramente, mesmo sabendo que aqueles a quem agora quero mostrar solidariedade, estiveram distraídos quando o alvo era outro.

P.S. - Como todos vou de férias em Agosto. Ver-nos-emos por aí!

«A esquerda é a casa do PS, a sua morada»
Manuel Alegre
Expresso, 15 de Julho

«Por isso, tal como na Convenção de há quatro anos, volto a lembrar Olof Palme: fazer a revolução é fácil, difícil é fazer as reformas»
Idem, ibidem

Haverá reformas socialistas que não se façam pela esquerda? Continuo a pensar que os socialistas não devem ceder às pressões demagógicas, nem a modas, nem a uma falsa modernização da esquerda que outra coisa não é do que a sua abdicação»
Idem, ibidem

«Carrilho definiu uma política para a recuperação dos teatros nas grandes cidades do País e com isso impulsionou o aparecimento de novos grupos de teatro»
Emídio Rangel

Diário de Notícias, 15 de Julho

«Carrilho criou dezenas de novas bibliotecas e deu corpo a uma política de apoio ao livro como instrumento fundamental de cultura»
Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz